

Banco Pan

Demonstrações Financeiras – Exercício 2013

17 de fevereiro de 2014

Banco Pan

Relatório da Administração – 2013

17 de Fevereiro de 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. ("Pan", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Anuais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 04 de fevereiro de 2013, o Pan concluiu investimento em uma participação na Stpagg Pagamentos S.A., empresa pré-operacional de prestação de serviços de adquirência.

No dia 26 de abril de 2013, o Banco adquiriu, por R\$351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. – em liquidação extrajudicial ("Banco Cruzeiro do Sul"), originada por 237 convênios com órgãos públicos das 3 esferas, além de 7 convênios com empresas do setor privado. A referida carteira contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. A aquisição, através de leilão público em lote único, incluiu também a transferência do sistema Consig Card, desenvolvido especialmente para o tratamento das propostas do cartão consignado, e com ela a Companhia reforçou sensivelmente a sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

Em 14 de maio de 2013, o Banco lançou a nova identidade visual para a sua marca corporativa, que passou a ser "Banco Pan". A mudança simboliza uma nova fase do Pan, que unificou suas estruturas e marcas corporativas sob uma mesma identidade, conservando a especialização no atendimento de cada segmento de negócios. Serão tomadas as medidas administrativas necessárias para que a razão social da Companhia também seja alterada, em conformidade com a nova marca.

Em 26 de novembro de 2013, a agência de classificação de risco Standard & Poor's ("S&P") atribuiu ao Pan o rating de crédito de longo prazo em escala global "BB+" e o rating de crédito de longo prazo em escala nacional "brAA". Segundo a S&P, as notas se baseiam na posição de liquidez adequada do Pan, no suporte de *funding* que recebe de ambos os seus acionistas controladores e na sua importância estratégica para o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual").

Em 28 de novembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012. Desta forma, o Pan realizou naquela data o pagamento à vista da importância de R\$536,2 milhões, se beneficiando da redução de 100% dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, que correspondiam a R\$288,9 milhões, e pondo fim à discussão judicial que possuía sobre o tema.

Por fim, em 09 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") de sua emissão, no valor corrigido até aquela data por suas taxas de emissão de R\$500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a esses CDBs. Como resultado deste acordo, o Pan apurou ganho contábil imediato de R\$83,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos adicionais em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 3º trimestre declinou 0,5% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, e expandiu-se 2,2% em relação ao mesmo período de 2012. Do lado da oferta, apesar de apenas a agricultura ter apresentado queda, de 3,5% em relação ao trimestre anterior, a desaceleração frente ao 2º trimestre foi generalizada. A indústria registrou crescimento de apenas 0,1% no 3º trimestre, frente a 2,2% no 2º trimestre, enquanto as atividades de serviços também registraram avanço bastante modesto. Do lado da demanda, o destaque negativo ficou com o investimento, onde a formação bruta de capital fixo caiu 2,2% na

comparação com o 2º trimestre. Já o consumo privado mostrou um desempenho melhor no 3º trimestre, após resultados bastante modestos nos dois trimestres anteriores, assim como o consumo do governo. Já o setor externo registrou uma contribuição negativa, pois a queda nas exportações foi maior do que nas importações.

No setor externo, o saldo em conta corrente registrou déficit de US\$8,7 bilhões em dezembro. Com este resultado, o déficit acumulado em doze meses subiu para US\$81,4 bilhões, atingindo 3,7% do PIB. A deterioração da conta corrente em 2013 reflete principalmente: (i) a enorme queda na balança comercial, de aproximadamente US\$19,4 bilhões em 2012 para US\$ 2,6 bilhões em 2013; e (ii) um aumento de US\$ 10,8 bilhões no déficit da conta de serviços.

Sobre a inflação, o IPCA de dezembro ficou em 0,92%. Assim, a inflação acumulada em 2013 ficou em 5,91%, acima dos 5,84% registrados em 2012. Além disso, vale destacar que a inflação de preços livres foi de 7,3% em 2013, bem acima dos 6,5% observados em 2012 e, portanto, que o índice poderia ter se elevado ainda mais não fosse a inflação muito baixa nos itens regulados, de 1,5% em 2013 frente a 3,7% em 2012. Em função de riscos de outros aumentos nos combustíveis e da maior inflação nos preços livres, ambos pressionados por uma maior depreciação do câmbio, é provável que o cenário em 2014 para a inflação seja bastante desafiador.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu para 4,3% em dezembro, comparada a 4,6% em novembro. O resultado decorre da combinação de um ligeiro aumento na população ocupada com queda nos desocupados. Desta forma, a taxa de desemprego atingiu o seu menor nível desde o início da série em 2002. Com ajuste sazonal, a taxa teria ficado estável em relação a novembro (em 5,1%). Notamos, no entanto, que houve nova retração da população economicamente ativa (“PEA”) e que a taxa de participação (PEA/população em idade ativa) caiu para 56,7%, ficando um pouco abaixo da média histórica de 57,0%. Lembramos também que, ao longo do 4º trimestre, a população ocupada permanece ligeiramente abaixo do mesmo período em 2012. O rendimento médio real caiu em dezembro, o que interrompeu o crescimento de quatro meses consecutivos da massa de rendimentos. Assim, apesar de dinâmicas setoriais específicas e eventuais sinais de fraqueza na expansão do emprego e da renda, continuamos não esperando descontinuidades importantes nos próximos meses.

Em relação ao mercado de crédito, em linha com o observado ao longo do ano, os saldos das operações continuaram a mostrar crescimento moderado em dezembro, de 14,6% na comparação anual frente a 14,7% em novembro, com o crédito direcionado crescendo 24,5% e o crédito livre 7,8% na mesma base de comparação. As instituições públicas ampliaram novamente sua participação nos saldos das operações de crédito, atingindo 51,2% frente a 50,9% em novembro. Com relação aos aspectos qualitativos notamos que, em linha com o ciclo de alta da Selic, as taxas de juros do crédito livre fecharam o ano em 29,0%, frente a 25,3% em dezembro de 2012. Já a inadimplência das pessoas físicas no crédito livre fechou 2013 em 6,7%, abaixo dos 8,0% registrados em dezembro de 2012. Acreditamos que os dados de dezembro não sinalizem alterações importantes nas principais tendências do mercado de crédito, como crescimento moderado, maior dinamismo do crédito direcionado, queda gradual da inadimplência e algum aumento de taxas de juros.

Sobre a situação fiscal, o superávit do setor público consolidado atingiu R\$10,5 bilhões em dezembro, fazendo com que o superávit acumulado em 2013 totalize 1,9% do PIB. Com este desempenho, a razão dívida líquida/PIB encerrou o ano passado em 33,8%, abaixo dos 35,3% registrados em 2012. Para 2014, o governo já anunciou que deverá adotar uma postura mais austera, procurando reduzir gastos, e provavelmente não promoverá novas desonerações. Entretanto, existem riscos associados às despesas com obras voltadas para os eventos esportivos, pressões nas despesas com energia e impactos não esperados dos incentivos fiscais já concedidos.

Finalmente, ressaltamos que o Copom deu prosseguimento ao ciclo de aperto monetário durante o 4º trimestre, encerrando o ano com a taxa Selic em 10,0% a.a. Em janeiro de 2014 o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a Selic em mais 50 pontos-base, para 10,5% a.a., e indicou que novos aumentos poderão ocorrer, ainda que possivelmente em menor ritmo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica, gradual redução da inadimplência dos indivíduos e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito teve crescimento sensível em relação ao trimestre anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a originação média mensal de créditos foi de R\$1.305,0 milhões no 4º trimestre de 2013, 15,3% acima dos R\$1.131,6 milhões do 3º trimestre de 2013 e 31,3% superior aos R\$994,2 milhões do 4º trimestre de 2012. O crescimento da produção no 4º trimestre de 2013 foi impulsionado principalmente pela maior originação de créditos para empresas, veículos e imobiliários, que registraram crescimento de 47,2%, 15,4% e 12,3%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior. No ano de 2013, a originação média mensal de créditos foi de R\$1.172,5 milhões, 61,1% acima da média mensal de R\$727,9 milhões em 2012.

A Carteira Total de Crédito era de R\$15.675,5 milhões ao final do 4º trimestre, 5,1% maior do que a carteira de R\$14.916,5 milhões em setembro de 2013 e 14,0% maior do que os R\$13.755,5 milhões de dezembro de 2012. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$14,4 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$498,7 milhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$614,3 milhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$203,3 milhões; (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$139,2 milhões; e (v) o saldo das operações de avais e fianças, no valor de R\$18,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$56,0 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$15.731,5 milhões no final do 4º trimestre de 2013.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, como tem acontecido à medida que as carteiras cedidas com coobrigação no passado vencem, tendo atingido R\$15.176,8 milhões no fim do 4º trimestre, com crescimento de 6,3% em relação ao trimestre anterior e de 20,5% em relação ao mesmo trimestre de 2012.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 78,5% da carteira total em dezembro de 2013, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 80,5% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de dezembro de 2012.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos totalizou R\$192,8 bilhões no 4º trimestre de 2013, com queda real de 2,1% ante o trimestre anterior e de 5,8% ante o último trimestre de 2012. A modalidade representa 25,9% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 1,1% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registra queda real de 13,6% e 57,5% ante o 3º trimestre de 2012 e nos últimos doze meses, respectivamente.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos foi de 5,2% no 4º trimestre de 2013, registrando quedas de 0,5p.p. e 1,3p.p. na comparação com o trimestre imediatamente anterior e com o mesmo trimestre de 2012, respectivamente. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então. As taxas de juros cobradas das famílias para aquisição de veículos atingiram 21,3% a.a. no 4º trimestre, com recuo de 0,4p.p. em relação ao 3º trimestre de 2013 e avanço de 1,5p.p. em doze meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,4 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 4º trimestre de 2013, avanço de 6,9% em relação ao mesmo período de 2012, com a

comercialização de usados subindo 11,4% e as vendas de novos registrando queda de 3,1%. Na comparação com o trimestre anterior, houve avanço de 1,2% no mercado de veículos novos e recuo de 2,1% no segmento de usados (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 148,5 mil unidades no 4º trimestre de 2013, alta de 12,0% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com alta de 9,5% no segmento de novos e expansão de 13,3% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 5,2% no mercado de pesados novos e de 1,3% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 4º trimestre de 2013 totalizaram 1,1 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, com avanço de 7,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 2,1% no segmento de motos novas e alta de 14,0% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 1,0% no mercado de motos novas e alta de 0,7% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos continuou sendo o principal mercado de atuação da Companhia. Foram concedidos R\$1.660,8 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre de 2013, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 15,4% maior do que os R\$1.439,6 milhões originados no trimestre anterior e 18,7% maior do que os R\$1.399,5 milhões originados no 4º trimestre de 2012.

O Banco está ativamente presente em 7.178 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 12,0% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2013, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 58,4% dos financiamentos de veículos leves e 47,5% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 61,1% e 49,5% do trimestre anterior e aos 49,9% e 41,2% do 4º trimestre de 2012.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$35,8 milhões no 4º trimestre de 2013, 8,3% acima do trimestre anterior e 14,9% acima do 4º trimestre de 2012. Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$66,7 milhões no 4º trimestre de 2013, 15,9% acima do trimestre anterior e 32,8% acima do 4º trimestre de 2012.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$319,5 bilhões no último trimestre de 2013, acumulando recuo real de 0,4% ante o trimestre imediatamente anterior e avanço de 8,1% em relação ao mesmo período de 2012. A modalidade representa 42,9% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$221,8 bilhões, registrando variações reais de 0,3% e 10,9% na comparação com 3º trimestre de 2013 e no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para trabalhadores públicos foi o que registrou maior expansão real anual (+11,6%), seguido por beneficiários do INSS (+11,3%) e trabalhadores privados (+4,3%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado

total. Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$97,6 bilhões, registrando recuo real de 2,0% em relação ao 3º trimestre de 2013 e expansão de 2,2% em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, em dezembro de 2013, 4,0% do saldo de crédito pessoal total, com recuo de 0,2p.p. em relação ao 3º trimestre de 2013 e de 0,8p.p. nos últimos 12 meses. A queda no índice agregado foi determinada pelo comportamento dos atrasos do segmento sem consignação, que atingiram 7,0% em dezembro de 2013: recuo de 2,0p.p. em doze meses. Já a taxa de inadimplência da modalidade com consignação em folha de pagamentos atingiu 2,6%: recuo de 0,1p.p. em relação ao 4º trimestre de 2012, com destaque para a queda de 0,8p.p. no segmento privado na mesma base de comparação, atingindo 5,2%.

O Pan concedeu R\$953,5 milhões em novos créditos consignados no 4º trimestre de 2013, valor 1,8% maior do que os R\$936,4 milhões do trimestre anterior e 104,0% acima dos R\$467,3 milhões originados no 4º trimestre de 2012. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$126,6 milhões em novos financiamentos entre setembro e dezembro, com redução de 18,5% em relação ao trimestre anterior e aumento de 4,9% em relação ao mesmo trimestre de 2012.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 4º trimestre de 2013 com 1,9 milhões de plásticos. Foram emitidos no último trimestre 40,2 mil novos cartões de crédito convencionais e 82,2 mil novos cartões de crédito consignados (totalizando 174,7 mil novos cartões de crédito consignados emitidos no 2º semestre de 2013), da base adquirida do Banco Cruzeiro do Sul. O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$780,2 milhões no 4º trimestre, 19,0% acima do trimestre anterior e 12,1% maior do que no mesmo período de 2012. Tal crescimento foi impulsionado por ações de ativação e promoções de incentivo ao uso dos cartões.

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de cartões tiveram redução de 26,1% no último trimestre de 2013 em relação ao trimestre anterior, enquanto as despesas administrativas aumentaram 3,6%, impactadas pela retomada da operação de cartões consignados. Considerando apenas a operação de cartões convencionais, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e as despesas administrativas tiveram, na comparação do 4º trimestre com o anterior, reduções de 10,1% e 4,3%, respectivamente. No ano de 2013, excluindo da base de comparação a operação de cartões consignados, adquirida em abril de 2013, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e as despesas administrativas de cartões tiveram reduções significativas: de 45,4% e 10,1%, respectivamente.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$769,2 bilhões no 4º trimestre de 2013, registrando avanço real de 1,8% em relação ao 3º trimestre de 2013 e alta real de 2,0% em doze meses. Esta carteira representa, atualmente, 15,9% do PIB, com recuo de 0,2p.p. em doze meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$388,1 bilhões, representando 50,9% do saldo de crédito PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,1% da carteira de crédito no 4º trimestre de 2013, registrando queda de 0,3p.p. na comparação com o 3º trimestre de 2013 e de 0,6p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro registraram queda de 0,2p.p. em doze meses, atingindo o patamar de 3,6% no último trimestre de 2013.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$863,8 milhões no 4º trimestre de 2013, valor 47,2% acima dos R\$587,0 milhões do trimestre anterior e 13,5% acima dos R\$761,4 milhões do 4º trimestre de 2012. Toda esta base de comparação inclui a originação de créditos para construtoras e incorporadoras, anteriormente reportada na seção de crédito imobiliário para pessoas jurídicas.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.267,5 milhões no final de dezembro, com aumento de 8,4% em relação ao trimestre anterior e expansão de 33,1% em relação ao 4º trimestre de 2012. Estes dados também incorporam as carteiras de créditos para construtoras e incorporadoras anteriormente reportadas na carteira de crédito imobiliário para pessoas jurídicas. O saldo das operações em dólares, de ACC e CCE, era de R\$688,1 milhões no final de dezembro de 2013, contra R\$578,8 milhões no final de setembro, representando um aumento de 18,9% no trimestre, e R\$475,3 milhões no 4º trimestre de 2012, representando um crescimento de 44,8% em 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$56,0 milhões, atingiu R\$3.323,5 milhões no final do 4º trimestre de 2013.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário para pessoas físicas (taxas livres+taxas reguladas) totalizou R\$341,5 bilhões no último trimestre de 2013, crescimento real de 4,8% em relação ao trimestre anterior e alta de 26,3% em relação ao mesmo período de 2012. Desse total, R\$305,0 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 4,9% e 25,4% no comparativo com o 3º trimestre de 2013 e em doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$36,4 bilhões, crescimento real de 3,7% em relação ao 3º trimestre de 2013 e alta real de 34,2% em doze meses. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência total (over 90) atingiu, em dezembro de 2013, 1,6% da carteira de crédito imobiliário, recuo de 0,4p.p. na comparação com o 3º trimestre de 2013 de 0,3p.p. no comparativo anual. Em novembro de 2013, o crédito imobiliário para pessoas físicas correspondeu a 7,1% do PIB, avanço de 1,3p.p. nos últimos doze meses.

O Pan originou R\$310,4 milhões em financiamentos imobiliários no 4º trimestre de 2013, volume 12,3% superior ao do trimestre anterior, sendo: (i) R\$298,1 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas, contra R\$258,6 milhões no trimestre anterior, dos quais R\$155,6 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$137,9 milhões para a aquisição de imóveis e R\$4,6 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$12,3 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$648,3 milhões no final de dezembro. Este valor é 15,3% maior do que o saldo da carteira de R\$562,3 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 32,4% maior do que o saldo da carteira de R\$489,5 milhões no 4º trimestre de 2012.

Seguros

Os prêmios de seguros totalizaram R\$40,6 milhões no 4º trimestre de 2013, com crescimento de 4,5% em relação aos prêmios de R\$38,8 milhões do trimestre anterior e crescimento de 16,5% na comparação com o 4º trimestre de 2012, quando os prêmios totalizaram R\$34,8 milhões. Em 2013, os prêmios de seguros totalizaram R\$163,4 milhões, com expressivo crescimento de 32,8% em relação ao faturamento de R\$123,0 milhões em 2012.

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") no trimestre foram: (i) o seguro de crédito (Pan Protege), cujos prêmios totalizaram R\$30,5 milhões, ou 75,1% do total; (ii) o seguro DPVAT, com R\$6,5 milhões, correspondendo a 16,0% do total; (iii) o seguro contra perda ou roubo de cartões, com prêmios de R\$1,8 milhão, representando 4,4% do total; (iv) o seguro habitacional, com receita de R\$1,6 milhão, o equivalente a 3,9% do total; e (v) os consórcios, cujos resultados totalizaram R\$0,2 milhão, ou 0,5% do total.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$4,8 milhões no 4º trimestre de 2013, com redução de 17,5% em relação ao trimestre anterior e um aumento de 106,3% em relação ao mesmo período de 2012. Desta forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$13,3 milhões no trimestre, com crescimento de 14,7% se comparado ao resultado de R\$11,6 milhões do trimestre anterior, e aumento de 12,7% em relação ao resultado

de R\$11,8 milhões no mesmo trimestre de 2012. Em 2013, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$77,6 milhões, 32,6% acima do resultado operacional de R\$58,5 milhões em 2012.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 4º trimestre foi de R\$22,5 milhões, incluindo o efeito líquido não recorrente de R\$7,8 milhões da adesão ao REFIS. Desta forma, o resultado ficou 87,2% acima dos R\$12,0 milhões do 3º trimestre de 2013 e 56,9% acima dos R\$9,7 milhões do mesmo trimestre de 2012. Em 2013, o lucro líquido consolidado da Pan Seguros foi de R\$54,3 milhões, 45,9% acima do lucro de R\$37,2 milhões em 2012.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$181,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, 8,4% acima dos R\$167,2 milhões do 3º trimestre de 2013 e 7,8% acima dos R\$168,2 milhões do 4º trimestre de 2012.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$17,6 bilhões em dezembro de 2013, 4,4% acima do saldo de R\$16,8 bilhões no final do 3º trimestre de 2013 e 21,4% acima do saldo de R\$14,5 bilhões no final do 4º trimestre de 2012, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam 51,7% do total, ou R\$9,1 bilhões; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio e os certificados de recebíveis imobiliários, que correspondiam a 12,6% do total, ou R\$2,2 bilhões; (iii) as letras financeiras, que representavam 12,7% do total, ou R\$2,2 bilhões; (iv) as emissões de títulos e dívida subordinada no exterior, no valor de R\$2,0 bilhões, representando 11,7% do total; (v) os empréstimos no exterior, que correspondiam a 1,4% do total, ou R\$238,4 milhões; (vi) as captações no mercado aberto, que correspondiam a 6,2% do total, ou R\$1,1 bilhão; e (vii) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a 2,8% do total, ou R\$498,7 milhões.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE”) foi novamente reduzido, terminando o 4º trimestre de 2013 em R\$421,0 milhões, 11,5% abaixo dos R\$475,7 milhões do final do 3º trimestre de 2013 e 20,0% abaixo dos R\$526,0 milhões do 4º trimestre do ano anterior.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Pan não realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$498,7 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 4º trimestre representou uma redução de 21,3% em comparação ao saldo de R\$634,1 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 56,9% em relação ao saldo de R\$1.157,8 milhões no final do 4º trimestre de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 78,6%; (ii) pessoas jurídicas, com 10,8%; e (iii) pessoas físicas, com 10,6%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$416,8 milhões no 4º trimestre de 2013, comparada a R\$405,7 milhões no 3º trimestre de 2013 e a R\$392,3 milhões no 4º trimestre de 2012. No entanto, excluindo destes valores os efeitos não recorrentes de: (i) despesas extraordinárias de honorários jurídicos, incorridas no 4º trimestre de 2013 em razão da adesão ao REFIS e da celebração de acordo

judicial para encerramento do litígio em relação a CDBs de emissão da Companhia; e (ii) revisão dos critérios de apuração do PIS e da COFINS relativos aos anos de 2011 e 2012, realizada no 4º trimestre de 2012; as despesas recorrentes de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas somaram R\$408,6 milhões no 4º trimestre de 2013, valor 0,7% maior do que os R\$405,7 milhões do trimestre anterior e 0,2% menor do que os R\$409,4 milhões do 4º trimestre de 2012, mantendo sua trajetória de sensível redução em termos reais (descontada a inflação), apesar do crescimento da originação de ativos de crédito no período comparado.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes medidas de ajuste da estrutura organizacional (ver Eventos Subsequentes).

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 4º trimestre de 2013 um resultado negativo de R\$182,9 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$20,5 milhões no trimestre anterior e ao resultado negativo de R\$38,4 milhões no mesmo trimestre de 2012. Cabe destacar, no entanto, que o resultado do 4º trimestre de 2013 foi fortemente impactado pelos seguintes eventos não recorrentes: (i) adesão ao REFIS referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012, com resultado positivo de R\$29,2 milhões e impacto negativo de R\$175,2 milhões em razão da não ativação do prejuízo fiscal decorrente da referida adesão (este prejuízo fiscal poderá ser ativado no futuro, dependendo do aproveitamento do prejuízo fiscal já ativado); (ii) pagamento de honorários jurídicos referentes à adesão ao REFIS, no valor líquido de impostos de R\$3,7 milhões; (iii) acordo judicial para encerramento do litígio em relação a CDBs de emissão da Companhia, com resultado positivo, líquido de impostos e honorários jurídicos, de R\$48,9 milhões; e (iv) constituição de provisão discricionária para contingências cíveis, com resultado negativo líquido de impostos de R\$50,2 milhões. Assim, o resultado ajustado do 4º trimestre de 2013, sem os efeitos dos referidos eventos não recorrentes, foi negativo em R\$31,9 milhões.

No ano de 2013, o Pan teve um resultado acumulado consolidado negativo de R\$151,7 milhões, comparado ao resultado acumulado consolidado negativo de R\$496,0 milhões no ano de 2012. O resultado acumulado consolidado ajustado em 2013, sem os efeitos dos eventos não recorrentes do 4º trimestre, no entanto, foi praticamente nulo, registrando prejuízo de R\$0,7 milhão.

Os resultados trimestrais citados são impactados pelos valores de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Assim, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.516,1 milhões no 4º trimestre de 2013, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.477,0 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.054,1 no 4º trimestre de 2012. Na comparação do 4º trimestre de 2013 com o trimestre anterior e com o 4º trimestre de 2012, os resultados foram negativamente impactados pela queda da margem financeira líquida, que foi de 11,6% no último trimestre de 2013, comparada a 12,9% no trimestre anterior e 17,0% no mesmo trimestre de 2012.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$245,7 milhões no 4º trimestre de 2013, 8,9% maior do que a despesa de R\$225,7 milhões no trimestre anterior e 27,6% menor do que a despesa de R\$339,5 milhões do 4º trimestre de 2012. Cabe ressaltar, no entanto, que a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi favoravelmente impactada, no 3º trimestre de 2013, por reversões de provisões que totalizaram R\$24,0 milhões, principalmente em razão da renegociação de um empréstimo no segmento de

empresas. Desconsiderando este efeito extraordinário, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa caiu 1,6% no 4º trimestre de 2013 em relação ao trimestre anterior.

Já a receita de recuperação de créditos em atraso foi de R\$49,0 milhões no 4º trimestre de 2013, valor 31,9% menor do que os R\$72,0 milhões do trimestre anterior e 12,4% maior do que os R\$43,6 milhões do mesmo trimestre de 2012. No 3º trimestre de 2013, a recuperação de créditos em atraso também havia sido favorecida por um evento extraordinário, neste caso a recuperação de R\$13,9 milhões relativos à venda de imóveis recebidos em garantia de uma operação no segmento de empresas. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$196,7 milhões no 4º trimestre de 2013, 27,9% superior à despesa líquida de R\$153,7 milhões no trimestre anterior e 33,5% inferior ao valor de R\$339,5 milhões do 4º trimestre de 2012.

Em 2013, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$1.004,5 milhões, 35,1% menor do que a despesa de R\$1.548,9 milhões em 2012. Já a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$792,8 milhões em 2013, 40,3% menor do que a despesa líquida de R\$1.329,0 milhões em 2012.

O Patrimônio Líquido consolidado do Pan era de R\$2.304,9 milhões em dezembro de 2013, comparado a R\$2.514,8 milhões em setembro de 2013 e R\$2.489,3 milhões em dezembro de 2012. O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro era de 13,4% em 31 de dezembro de 2013, comparado a 15,2% em 30 de setembro de 2013 e 14,1% em 31 de dezembro de 2012. O valor da Margem Operacional no 4º trimestre foi de R\$267,6 milhões para o Conglomerado Financeiro.

A partir de outubro de 2013 o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro, eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme resoluções nº 4.192 e 4.193/13 do CMN.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os Sr. Iuri Rapoport deixou, em 31 de janeiro de 2014, as diretorias do Banco Pan e das outras sete empresas do grupo das quais fazia parte. Além dele, a Sra. Claudia Ikeda deixou, em 31 de janeiro de 2014, a diretoria da Panserv Prestadora de Serviços Ltda., e o Sr. Fábio de Araújo Nogueira deixou, em 09 de janeiro de 2014, as diretorias da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, da Brazilian Securities e das outras quatro empresas do grupo dedicadas ao crédito imobiliário das quais fazia parte. Por fim, os Srs. Sergio Antônio Cipovicki e Márcia Lorenzi Ambrosano deixaram, no mês de janeiro, a liderança das áreas de financiamento de veículos e cartões, respectivamente.

As mudanças na diretoria do grupo foram consequência natural da nova etapa que foi atingida no ciclo de reestruturação da Companhia, com os referidos executivos deixando o grupo após participarem de uma etapa anterior primordial e bem sucedida. Como não serão contratados novos executivos para substituir os que saíram, a mudança irá contribuir também para a adequação da estrutura organizacional do Pan ao atual ambiente econômico e mercadológico.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan no trimestre e no exercício de 2013 não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 17 de Fevereiro de 2014.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		8.429.711	5.371.779	9.672.162	7.169.692	CIRCULANTE		12.056.733	8.802.019	13.024.291	10.042.900
Disponibilidades	5	36.806	28.163	47.763	36.767	Depósitos	17.a	8.120.280	5.750.486	7.779.471	5.159.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.167.367	450.747	1.164.314	450.350	Depósitos à vista		178.301	101.616	178.058	101.560
Aplicações no mercado aberto		1.076.933	334.877	1.076.933	334.877	Depósitos interfinanceiros		6.519.942	4.447.185	6.340.276	4.104.741
Aplicações em depósitos interfinanceiros		90.434	115.870	87.381	115.473	Depósitos a prazo		1.422.037	1.201.685	1.261.137	952.904
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	454.296	148.512	480.738	409.188	Captações no mercado aberto	17.b	1.034.884	1.055.057	1.029.285	1.034.179
Carteira própria	7.a	281.203	67.126	243.252	304.250	Carteira própria		370.807	815.335	365.208	794.457
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	130.597	45.259	185.274	68.810	Carteira de terceiros		664.077	239.722	664.077	239.722
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	21.962	10.016	31.676	10.016	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.676.695	693.591	2.391.831	1.602.731
Vinculados a prestação de garantias		20.534	26.111	20.534	26.111	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.664.954	670.835	2.380.090	1.552.429
Outras aplicações		-	-	2	1	Recursos de Debêntures		-	-	-	27.546
Relações interfinanceiras		28.466	27.794	28.466	27.794	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		11.741	22.756	11.741	22.756
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.345	1.267	2.345	1.267	Relações interfinanceiras		138.700	161.870	129.740	152.364
Correspondentes no país		26.121	26.527	26.121	26.527	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	2	-	2
Operações de crédito	8	4.317.921	2.841.630	5.220.694	3.954.334	Correspondentes no país	18	138.700	161.868	129.740	152.362
Operações de crédito - setor privado		4.810.334	3.294.862	6.168.576	4.936.658	Relações interdependências		603	7.375	603	7.375
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(492.413)	(453.232)	(947.882)	(982.324)	Recursos em trânsito de terceiros		603	7.375	603	7.375
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	79.173	150.400	Obrigações por empréstimos	19.a	-	56.817	122.719	139.838
Operações de arrendamento a receber		-	-	95.133	181.848	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	1.458	37.401
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(15.960)	(31.448)	Empréstimos no Exterior		-	56.817	121.261	102.437
Outros créditos		2.278.409	1.767.014	2.434.166	1.993.422	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	1.698	738	1.698	2.943
Carteira de câmbio	9.a	428.518	371.506	428.518	371.506	Instrumentos financeiros derivativos		1.698	738	1.698	2.943
Rendas a receber		-	1.597	30	2.434	Outras obrigações		1.083.873	1.076.085	1.568.944	1.944.265
Negociação e intermediação de valores		720	1.898	2.854	3.574	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		4.516	3.703	4.752	3.852
Prêmios de seguros a receber		-	-	13.285	10.038	Sociais e estatutárias		-	11	1.702	4.632
Recebíveis imobiliários	10	-	-	45.794	52.323	Fiscais e previdenciárias	22.a	32.617	15.962	172.035	192.298
Títulos e créditos a receber	8 e 12	605.216	498.833	605.216	498.833	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	153.851	143.946
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(42.582)	(31.366)	(43.731)	(31.798)	Negociação e intermediação de valores		6.235	855	153.833	90.943
Diversos	12	1.286.537	924.546	1.382.200	1.086.512	Dívidas subordinadas	20	72.007	162.339	72.007	162.339
Outros valores e bens		146.446	107.919	216.848	147.437	Diversas	22.b	968.498	893.215	1.010.764	1.346.255
Outros valores e bens	13.a	85.030	118.359	126.735	141.756						
(Provisão para desvalorização)	13.a	(49.023)	(93.312)	(52.170)	(98.925)						
Despesas antecipadas	13.b	110.439	82.872	142.283	104.606						

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.006.403	9.607.406	11.608.552	11.050.842	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.312.753	4.892.294	6.261.281	6.012.487
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	135.124	296.945	66.383	59.041	Depósitos	17.a	1.534.937	1.503.828	1.485.834	1.454.923
Aplicações em depósitos interfinanceiros		135.124	296.945	66.383	59.041	Depósitos interfinanceiros		64.099	45.766	64.099	45.766
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	874.931	1.926.776	1.257.482	2.046.320	Depósitos a prazo		1.470.838	1.458.062	1.421.735	1.409.157
Carteira própria	7.a	179.474	796.797	444.064	809.329	Captações no mercado aberto	17.b	57.712	45.677	57.712	45.677
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	310.096	816.029	385.551	889.315	Carteira própria		57.712	45.677	57.712	45.677
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	177.927	195.319	183.924	195.319	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.185.904	1.574.427	2.732.915	1.962.027
Vinculados a prestação de garantias		207.434	118.631	243.943	152.357	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.509.741	984.595	2.056.752	1.345.528
Operações de crédito	8	6.764.725	5.019.309	7.474.008	5.973.062	Recursos de Debêntures		-	-	-	26.667
Operações de crédito - setor privado		7.072.738	5.381.431	7.822.427	6.428.510	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		676.163	589.832	676.163	589.832
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(308.013)	(362.122)	(348.419)	(455.448)	Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	217.130	305.181
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	36.676	123.634	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	100.000	100.000
Operações de arrendamento a receber		-	-	44.069	149.489	Empréstimos no Exterior		-	-	117.130	205.181
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(7.393)	(25.855)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	20.259	3.458	9.239	4.576
Outros créditos		1.935.030	2.120.679	2.475.133	2.575.727	Instrumentos financeiros derivativos		20.259	3.458	9.239	4.576
Carteira de câmbio		-	7	-	7	Outras obrigações		1.513.941	1.764.904	1,758.451	2.240.103
Créditos específicos		-	-	4.800	3.778	Fiscais e previdenciárias	22.a	28.957	614.419	165.388	800.581
Negociação e intermediação de valores		-	-	-	120	Negociação e intermediação de valores		-	-	2.207	79.030
Recebíveis imobiliários	10	-	-	147.956	102.275	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	29.086	-
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	-	-	13.158	17.328	Dívidas subordinadas	20	1.288.620	1.032.290	1.288.620	1.032.290
Títulos e créditos a receber	8 e 12	23.069	11.527	23.069	11.527	Diversas	22.b	196.364	118.195	273.150	328.202
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(146)	(115)	(150)	(854)						
Diversos	12	1.912.107	2.109.260	2.286.300	2.441.546	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.460	1.543	2.460	1.543
Outros valores e bens		296.593	243.697	298.870	273.058	Resultados de exercícios futuros		2.460	1.543	2.460	1.543
Despesas antecipadas	13.b	296.593	243.697	298.870	273.058						
PERMANENTE		1.243.885	1.269.080	312.199	308.315	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	21	24
Investimentos		1.178.359	1.230.267	777	788	Participação de acionistas minoritários		-	-	21	24
Participações em controladas	14.a	1.177.956	1.229.864	-	-						
Outros investimentos	14.b	403	403	777	788						
Imobilizado de uso	15	37.722	14.807	65.431	42.216	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.308.053	2.552.409	2.304.860	2.471.895
Imóveis de uso		-	-	2.530	2.530	Capital social:	24	2.867.020	2.867.020	2.867.020	2.867.020
Outras imobilizações de uso		72.180	47.495	105.296	79.778	De domiciliados no país		2.556.338	2.469.731	2.556.338	2.469.731
(Depreciações acumuladas)		(34.458)	(32.688)	(42.395)	(40.092)	De domiciliados no exterior		310.682	397.289	310.682	397.289
Intangível	16	27.804	24.006	245.991	265.311	Ajustes de avaliação patrimonial		(16.286)	(978)	(16.286)	(978)
Ativos intangíveis		50.802	36.768	306.014	300.858	Lucros/(prejuízos) acumulados		(542.681)	(313.633)	(545.874)	(394.147)
(Amortizações acumuladas)		(22.998)	(12.762)	(60.023)	(35.547)						
TOTAL DO ATIVO		19.679.999	16.248.265	21.592.913	18.528.849	TOTAL DO PASSIVO		19.679.999	16.248.265	21.592.913	18.528.849

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco			Consolidado	
		2º Semestre 2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
Rendas de operações de crédito	8.h	1.894.132	3.616.996	2.285.585	4.063.305	2.821.923
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	-	-	-	67.004	107.777
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	118.183	242.890	140.048	340.697	297.040
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(34.245)	(70.495)	327.942	(53.412)	321.778
Resultado de operação de câmbio	9.b	41.842	117.739	60.580	117.739	60.580
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
Operações de captação no mercado	17.d	(734.396)	(1.353.175)	(1.255.110)	(1.428.583)	(1.362.159)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(1.608)	(9.003)	(1.244)	(90.318)	(26.182)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(422.853)	(884.468)	(1.229.001)	(1.004.507)	(1.548.909)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
		861.055	1.660.484	328.800	2.011.925	671.848
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Receitas de prestação de serviços	25	167.841	332.443	277.738	368.574	315.455
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	(1.076)	39.034	35.148	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.e	-	-	-	129.020	92.546
Despesas de sinistros retidos	23.e	-	-	-	(43.878)	(31.695)
Despesas de pessoal	26	(99.852)	(186.178)	(150.086)	(430.255)	(291.133)
Outras despesas administrativas	27	(657.246)	(1.276.509)	(1.092.350)	(1.263.420)	(1.104.852)
Despesas tributárias	28	(75.047)	(146.446)	(86.989)	(217.434)	(139.265)
Outras receitas operacionais	29.a	139.777	253.848	163.443	303.897	213.106
Outras despesas operacionais	29.b	(490.950)	(873.287)	(427.991)	(919.516)	(485.818)
RESULTADO OPERACIONAL						
		(155.498)	(196.611)	(952.287)	(61.087)	(759.808)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL						
	30	(27.092)	(58.996)	(111.159)	(55.566)	(106.822)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES						
		(182.590)	(255.607)	(1.063.446)	(116.653)	(866.630)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
	34.a	(27.369)	26.559	459.520	(35.074)	370.659
Provisão para imposto de renda		28.103	12.265	742	(33.503)	(58.444)
Provisão para contribuição social		16.888	7.789	446	(23.479)	(43.185)
Ativo fiscal diferido		(72.360)	6.505	458.332	21.908	472.288
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS						
		-	-	-	(1)	10
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO						
		(209.959)	(229.048)	(603.926)	(151.727)	(495.961)
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$						
(Representado por 535.076.075 ações em 31/12/2013 e 31/12/2012)		(0,39)	(0,43)	(1,13)		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS	1.240.032	2.377.185	1.192.963	2.980.235	1.724.085
Intermediação financeira	2.019.912	3.907.130	2.814.155	4.535.333	3.609.098
Prestação de serviços	167.841	332.443	277.738	368.574	315.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(422.853)	(884.468)	(1.229.001)	(1.004.507)	(1.548.909)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(524.868)	(977.920)	(669.929)	(919.165)	(651.559)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(736.004)	(1.362.178)	(1.256.354)	(1.518.901)	(1.388.341)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(479.734)	(919.608)	(769.606)	(833.360)	(722.661)
Materiais, energia e outros	(789)	(1.847)	(3.114)	(3.384)	(4.156)
Serviços de terceiros	(76.675)	(137.800)	(352.380)	(194.511)	(220.717)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(402.270)	(779.961)	(414.112)	(635.465)	(497.788)
VALOR ADICIONADO BRUTO	24.294	95.399	(832.997)	627.974	(386.917)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(14.738)	(27.847)	(12.136)	(46.784)	(20.390)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	9.556	67.552	(845.133)	581.190	(407.307)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(1.076)	39.034	35.148	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.076)	39.034	35.148	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.480	106.586	(809.985)	581.190	(407.307)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.480	106.586	(809.985)	581.190	(407.307)
Pessoal	86.208	162.732	129.523	372.803	249.025
Remuneração direta	72.284	137.895	111.308	295.291	198.245
Benefícios	9.396	16.720	10.965	55.712	36.296
FGTS	3.639	6.330	6.043	17.621	12.988
Outros	889	1.787	1.207	4.179	1.496
Impostos, taxas e contribuições	116.640	144.237	(351.431)	311.353	(188.675)
Federal	108.673	128.824	(365.045)	273.482	(221.499)
Estadual	-	1	-	1.805	342
Municipal	7.967	15.412	13.614	36.066	32.482
Remuneração de capitais de terceiros	15.591	28.665	15.849	48.762	28.314
Aluguéis	15.591	28.665	15.849	48.762	28.314
Remuneração de capitais próprios	(209.959)	(229.048)	(603.926)	(151.728)	(495.971)
Prejuízo / Lucros retidos	(209.959)	(229.048)	(603.926)	(151.727)	(495.961)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	(1)	(10)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	-	1.398.350
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(944)	-	(944)
Aumento de capital (Nota 24a)	1.758.929	-	-	-	-	-	1.758.929
Prejuízo	-	-	-	-	-	(603.926)	(603.926)
Absorção de Prejuízo (Nota 24b)	-	(172)	(3.012)	(287.109)	-	290.293	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(15.308)	-	(15.308)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(229.048)	(229.048)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(1.354)	(332.722)	2.532.944
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(14.932)	-	(14.932)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(209.959)	(209.959)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(209.959)	(229.048)	(603.926)	(151.727)	(495.961)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:					
Depreciações e amortizações	8.916	16.202	7.284	21.731	9.950
Amortização de ágio	5.822	11.645	4.852	25.053	10.440
Constituição de provisão para contingências	96.803	202.847	40.034	227.823	53.155
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(53.633)	(46.514)	20.947	(48.978)	20.911
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	76.742	101.525	88.540	98.416	82.642
Perda por <i>impairment</i>	3.997	3.999	2.103	6.382	2.285
(Ganho) na venda de imobilizado	-	-	(424)	-	1.003
Equivalência patrimonial	1.076	(39.034)	(35.148)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	422.853	884.468	1.229.001	1.004.507	1.548.909
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27.369	(26.559)	(459.520)	35.074	(370.659)
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	-	38.991	28.227
Lucro líquido ajustado	379.986	879.531	293.743	1.257.272	890.902
Variação de Ativos e Passivos:					
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	518.031	79.569	999.847	(86.942)	602.034
Redução/(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	246.561	740.600	(51.641)	712.245	(1.108.986)
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	60.214	23.207	(95.369)	(6.847)	(92.046)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(25.029)	(23.841)	(180.219)	(23.296)	(176.925)
(Aumento) em operações de crédito	(1.748.914)	(4.106.175)	(4.195.588)	(3.771.813)	(4.997.794)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	158.185	326.121
(Aumento) em outros créditos	(217.202)	(315.008)	(295.653)	(318.242)	(594.344)
(Aumento) em outros valores e bens	(153.024)	(258.721)	(311.173)	(268.985)	(268.059)
Aumento em depósitos	852.505	2.400.903	2.025.060	2.651.177	1.392.612
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(357.479)	(8.138)	536.892	7.141	563.427
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(195.350)	(23.860)	81.968	(861.607)	1.548.792
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(11.051)	(6.772)	3.566	(6.772)	3.566
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(365)	917	1.204	917	1.204
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(651.117)	(617.788)	(1.187.363)	(557.567)	(1.909.496)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Alienação de investimentos	-	-	169	-	169
Alienação de imobilizado de uso	-	-	318	-	2.089
Alienação de bens não de uso próprio	73.069	109.544	79.130	121.579	88.643
Aumento/Redução de Investimentos	(55.000)	29.182	-	-	-
Aquisição de investimentos	-	-	(847.514)	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(10.138)	(29.345)	(10.485)	(36.823)	(30.310)
Aplicações no intangível	(8.202)	(14.822)	(19.375)	(17.480)	(24.855)
Ágio na aquisição de investimento	-	-	(116.449)	-	(250.532)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	-	30.587	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(271)	125.146	(914.206)	67.276	(214.796)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Emissão de letras financeiras	94.277	843.140	854.950	843.140	854.950
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(18.001)	(33.489)	(460.527)	(33.489)	(460.527)
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	(46.176)	11.234	(83.135)	11.234	(83.135)
Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	22.107	314.769	267.433	314.769	267.433
Aumento de Capital	-	-	1.758.929	-	1.758.929
Variação nas participações minoritárias	-	-	-	(3)	(8)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	52.207	1.135.654	2.337.650	1.135.651	2.337.642
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(599.181)	643.012	236.081	645.360	213.350
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.512.984	270.791	34.710	279.400	66.050
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (nota nº 5)	913.803	913.803	270.791	924.760	279.400

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” “Banco PAN” “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 28/12/2011, o Banco PAN firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE (“Aquisição”).

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição vem adicionar ao Banco PAN uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garante a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a

incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

A BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco PAN: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários, que foram desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Banco PAN, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, foi de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição").

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco PAN realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

O BACEN aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Banco PAN em 11/06/2012.

Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Banco PAN, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco PAN e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Banco PAN e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco PAN, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Banco PAN ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. e a CAIXA aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Banco PAN para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Banco PAN.

Apresentamos a seguir, para efeito de comparabilidade, as principais linhas da demonstração do resultado da Ourinvest e suas empresas controladas no exercício findo em 31/12/2013:

Demonstração do Resultado	31/12/2013
Receitas da intermediação financeira	414.566
Despesas da intermediação financeira	(263.488)
Resultado bruto da intermediação financeira	151.078
Receitas de prestação de serviços	18.569
Despesas de pessoal	(83.639)
Despesas administrativas	(85.648)
Outras receitas/despesas operacionais	(24.992)
Resultado operacional	(24.632)
Resultado não operacional	(1.375)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(26.007)
Imposto de renda e contribuição social	11.670
Prejuízo	(14.337)

b) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 mil e despesas com a aquisição de R\$ 17.550 mil, que serão apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN S.A. (“Banco”) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 17/02/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/12/2013	31/12/2012
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (a)	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A. (a)	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (a)	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A. (a)	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização (a)	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a)	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (b) (c)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (b) (d)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FBP – Financeiro (“FIDC FBP”) (b) (e)	-	100,00

(a) Empresas adquiridas em 2012 e consolidadas a partir de julho de 2012 (Nota 1);

(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(c) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”);

(d) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”); e

(e) FIDC encerrado em 28/06/2013, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs é adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscam, mas não garantem, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108 % do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 31/12/2012, R\$ 293.954 e R\$ 441.486, respectivamente).

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas com os FIDCs Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer porventura o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a

possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs foi reconhecida no exercício de 2013 uma receita de R\$ 17.803 (despesa de R\$ 132.648 – no exercício de 2012), registrada contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro (2)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Disponibilidades	6	7	11	5	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.549	5.926	4.049	14.952	-	-
TVM	-	-	-	-	-	21.742
Direitos creditórios	89.912	163.065	517.979	894.287	-	497.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(57.334)	(60.231)	(316.313)	(305.585)	-	(213.739)
Outros valores	5	-	3	1	-	1.468
Total do Ativo	34.138	108.767	205.729	603.660	-	306.988
Passivo						
Outras obrigações	27	84	113	348	-	812
Patrimônio líquido	34.111	108.683	205.616	603.312	-	306.176
- Cotas seniores	207	23.205	2.312	161.826	-	227.169
- Cotas subordinadas	33.904	85.478	203.304	293.954	-	79.007
- Cotas subordinadas – classe especial (1)	-	-	-	147.532	-	-
Total do Passivo	34.138	108.767	205.729	603.660	-	306.988

(1) Cotas de terceiros; e

(2) Fundo encerrado em 28/06/2013.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido
Banco PAN individual	2.308.053	(229.048)	2.552.409	(603.926)
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:				
Lucro não realizado nas cessões	(13.033)	153.850	(166.882)	225.766
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	7.711	(24.981)	32.692	(45.825)
Efeitos tributários	2.129	(51.548)	53.676	(71.976)
Banco PAN consolidado	2.304.860	(151.727)	2.471.895	(495.961)

(1) O Patrimônio Líquido consolidado contempla ajuste no saldo do lucro não realizado de períodos anteriores, no montante de R\$ 17.417, líquido de efeitos tributários.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

No exercício findo em 31/12/2013, o Banco PAN e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208 (R\$ 458.439 em

31/12/2012), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos.

Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu em janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que preveem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

• **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

• **Provisões de prêmios não ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE**

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, segundo a metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 448/12.

• **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

• **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 448/12. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• **Provisões de despesas relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas visa cobrir os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros, avisados ou não. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

• **Teste de adequação de passivos – TAP**

A Circular SUSEP nº 457/12, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se esta avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que os passivos por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 410/2010.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	9.436.375	227.965	6.679	166.914	166.276	53.864	(385.911)	9.672.162
Realizável a longo prazo	11.018.318	165.429	39.697	353.106	70.715	21.636	(60.349)	11.608.552
Permanente	1.299.032	55.072	110	488	24.857	729.086	(1.796.446)	312.199
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913
Total em 31/12/2012	18.366.382	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	18.528.849

Passivo	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	12.982.829	191.209	14.184	176.342	35.312	10.325	(385.911)	13.024.290
Exigível a longo prazo	6.123.670	35.259	13.318	137.105	9.856	2.420	(60.347)	6.261.281
Resultado de períodos futuros	2.460	-	-	-	-	-	-	2.460
Minoritários	19	-	-	-	-	-	2	21
Patrimônio Líquido	2.644.747	221.998	18.984	207.061	216.680	791.841	(1.796.450)	2.304.861
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913
Total em 31/12/2012	18.366.382	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	18.528.849

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;

(2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;

(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;

(6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e

(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	4.376.938	23.392	2.091	108.980	17.543	62.138	(55.749)	4.535.333
- Despesas da intermediação financeira	(2.478.490)	-	-	(39.931)	-	(60.736)	55.749	(2.523.408)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.898.448	23.392	2.091	69.049	17.543	1.402	-	2.011.925
- Outras receitas/despesas operacionais	(2.079.197)	46.464	(1.798)	(18.796)	(18.233)	(2.764)	1.302	(2.073.022)
- Resultado de equivalência patrimonial	64.316	197	-	-	-	(73)	(64.440)	-
- Resultado não operacional	(53.787)	2	(17)	125	81	(1.959)	-	(55.555)
- Provisão para IR e CSLL	4.479	(22.904)	(26)	(17.097)	(114)	710	(122)	(35.074)
- Minoritário	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
(Prejuízo)/Lucro líquido em 31/12/2013	(165.741)	47.150	250	33.281	(723)	(2.684)	(63.260)	(151.727)
(Prejuízo)/Lucro líquido em 31/12/2012	(498.398)	39.341	6.199	5.036	14.710	10.002	(72.851)	(495.961)

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades em moeda nacional	28.403	27.198	39.360	35.802
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.403	965	8.403	965
Total de disponibilidades (caixa)	36.806	28.163	47.763	36.767
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	876.997	242.628	876.997	242.628
Fundos de renda fixa (1)	-	-	-	5
Total de caixa e equivalentes de caixa	913.803	270.791	924.760	279.400

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	31/12/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.243	18.483	23.254	43.454	135.124	225.558
Total	882.240	218.419	23.254	43.454	135.124	1.302.491

Banco	31/12/2012					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
Subtotal	26.200	23.802	47.976	-	-	97.978
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Subtotal	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.158	11.362	34.041	59.309	296.945	412.815
Total	47.358	216.612	127.468	59.309	296.945	747.692

Consolidado	31/12/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.123	18.353	23.061	40.844	66.383	153.764
Total	882.120	218.289	23.061	40.844	66.383	1.230.697

Consolidado	31/12/2012					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
Subtotal	26.200	23.802	47.976	-	-	97.978
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Subtotal	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.110	11.362	33.873	59.128	59.041	174.514
Total	47.310	216.612	127.300	59.128	59.041	509.391

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	16.741	60.827	17.203	60.827
- Posição financiada	49.035	8.326	49.035	8.326
- Posição vendida	53.213	8.549	53.213	8.549
Subtotal	118.989	77.702	119.451	77.702
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	28.666	61.323	17.982	25.831
Total (nota 7d)	147.655	139.025	137.433	103.533

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2013 e em 31/12/2012, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	1.974	6.730
Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	-	22.570	10.238
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	122.767	314.470
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	70.449	247.912	295.564	517.883
Notas do Tesouro Nacional – NTN	152.205	156.778	152.205	156.778
Cotas de Fundos de Investimento (1)	237.730	458.943	91.943	107.189
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	293	290	293	290
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	-	-	-	1
Subtotal	460.677	863.923	687.316	1.113.579
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	158.317	240.407	241.841	240.407
Notas do Tesouro Nacional – NTN	282.376	620.881	282.376	620.881
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	18.253	90.981
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	28.355	5.856
Subtotal	440.693	861.288	570.825	958.125
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	227.968	144.742	264.477	178.468
Subtotal	227.968	144.742	264.477	178.468
Outras aplicações	-	-	2	1
Subtotal	-	-	2	1
Total de títulos e valores mobiliários	1.129.338	1.869.953	1.522.620	2.250.173
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	199.889	205.335	215.600	205.335
Total de instrumentos financeiros derivativos	199.889	205.335	215.600	205.335
Total geral	1.329.227	2.075.288	1.738.220	2.455.508

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa Master CDC FIDC (i)	203.304	293.954	-	-
Caixa CDC FIDC (i)	33.904	85.478	-	-
FIDC F BP – Financeiro (ii)	-	79.007	-	-
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (ii)	522	-	522	21.742
DPVAT	-	-	37.852	33.784
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (i)	-	-	22.389	20.977
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (iii)	-	-	12.092	11.594
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (iii)	-	-	10.793	10.641
Outros fundos	-	504	8.295	8.451
Total	237.730	458.943	91.943	107.189

- i. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal;
- ii. Fundo encerrado em 28/06/13; e
- iii. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores celebrados com o Banco PAN. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco PAN possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados, assumindo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da Administração em mantê-los em carteira por longo prazo,

os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo em títulos mantidos até o vencimento. Os demais fundos estão classificados no curto prazo.

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

Banco PAN	31/12/2013							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	101.018	355.715	-	-	456.733	456.630	103
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	364	364	412	(48)
Total de títulos disponíveis para venda	-	101.018	355.715	-	364	457.097	457.042	55
Títulos mantidos até o vencimento (1)								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	93.292	208.256	132.669	-	434.217	434.218	-
- Cotas de fundos de investimento	237.730	-	-	-	-	237.730	237.730	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	293	-	-	-	-	293	293	-
Total de mantidos até o vencimento	238.023	93.292	208.256	132.669	-	672.240	672.241	-
Total geral	238.023	194.310	563.971	132.669	364	1.129.338	1.129.283	55

Banco PAN	31/12/2012						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	137.702	495.359	-	633.061	632.999	62
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	486.800	-	486.800	486.784	16
Total de títulos disponíveis para venda	-	137.702	982.159	-	1.119.861	1.119.783	78
Títulos mantidos até o vencimento (1)							
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	290.859	-	290.859	290.859	-
- Cotas de fundos de investimento	504	-	-	458.439	458.943	458.943	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	290	-	-	-	290	290	-
Total de mantidos até o vencimento	794	-	290.859	458.439	750.092	750.092	-
Total geral	794	137.702	1.273.018	458.439	1.869.953	1.869.875	78

Consolidado	31/12/2013							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	5.221	13.395	281	1.329	20.227	20.227	-
- Cotas de fundo de investimento	113.342	-	-	-	-	113.342	113.342	-
Total de títulos para negociação	113.342	5.221	13.395	281	1.329	133.569	133.569	-
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	210.037	591.845	-	-	801.882	803.622	(1.741)
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	364	364	411	(47)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	8.727	14.674	13.768	85.598	122.767	145.645	(22.878)
- Cotas de fundo de investimento	6.434	-	-	-	-	6.434	6.434	-
- Outras	-	2	-	-	-	2	2	-
Total de títulos disponíveis para venda	6.434	218.766	606.519	13.768	85.962	931.449	956.114	(24.663)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	93.292	208.256	132.669	-	434.217	434.218	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	11.192	11.378	-	-	22.570	22.570	-
- Cotas de fundos de investimento	522	-	-	-	-	522	522	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	293	-	-	-	-	293	293	-
Total de mantidos até o vencimento	815	104.484	219.634	132.669	-	457.602	457.603	-
Total geral	120.591	328.471	839.548	146.718	87.291	1.522.619	1.547.286	(24.666)

Consolidado	31/12/2012							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	23.356	73.126	-	1.229	97.711	97.711	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	9.407	20.595	40.967	36.179	195.877	303.025	332.461	(29.436)
- Cotas de fundo de investimento	104.709	-	-	-	-	104.709	105.094	(385)
- Bonus de subscrição	-	1	-	-	-	1	1	-
Total de títulos para negociação	114.116	43.952	114.093	36.179	197.106	505.446	535.267	(29.821)
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	230.192	706.566	-	-	936.758	936.665	93
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	486.800	-	-	486.800	486.784	16
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	2.285	2.165	1.343	5.652	11.445	10.683	762
- Cotas de fundo de investimento	7.832	-	-	-	-	7.832	7.305	527
- Outras	-	1	-	-	-	1	1	-
Total de títulos disponíveis para venda	7.832	232.478	1.195.531	1.343	5.652	1.442.836	1.441.438	1.398
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	290.859	-	-	290.859	290.859	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	-	10.238	-	-	10.238	10.238	-
- Cotas de fundos de investimento	504	-	-	-	-	504	504	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	290	-	-	-	-	290	290	-
Total de mantidos até o vencimento	794	-	301.097	-	-	301.891	301.891	-
Total geral	122.742	276.430	1.610.721	37.522	202.758	2.250.173	2.278.596	(28.423)

(1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&BOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis; e

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira Trading e Carteira Banking, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo.

(4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 28.895 (31/12/2012 – superior a R\$ 1.926).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e Swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Instrumento:				
Swaps				
- Diferencial a receber	199.889	205.335	215.600	205.335
- Diferencial a pagar	(21.706)	(4.196)	(10.686)	(7.519)
Termo de moeda				
- Posição vendida	(251)	-	(251)	-
Contratos futuros				
- Posição ativa	720	1.898	720	1.898
- Posição passiva	(6.235)	(742)	(6.235)	(742)
Total líquido	172.417	202.295	199.148	198.972

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	Banco PAN								
	31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.847.353	196	416	10.069	11.281	177.927	199.889	231.642	(31.753)
- Dólar	1.521.598	-	336	10.007	11.269	177.703	199.315	231.288	(31.973)
- CDI	148.170	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (i)	87.334	-	-	-	-	224	224	28	196
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.847.353	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(20.259)	(21.706)	(18.485)	(3.221)
- CDI	1.521.598	-	(71)	-	(74)	(6.250)	(6.395)	(3.150)	(3.245)
- Dólar	148.170	-	(1.077)	-	(55)	(13.785)	(14.917)	(15.151)	234
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Prè	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros									
Posição ativa:	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva:	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	11.077	157.668	172.417	207.376	(34.959)

Instrumento/ Posição:	Consolidado								
	31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.813.293	196	416	10.069	20.995	183.924	215.600	259.611	(44.011)
- Dólar	1.650.435	-	336	10.007	20.983	183.924	215.250	259.285	(44.035)
- CDI	72.607	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.813.293	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(9.239)	(10.686)	(18.485)	7.799
- CDI	1.650.435	-	(71)	-	(74)	(6.249)	(6.394)	(3.150)	(3.244)
- Dólar	72.607	-	(1.077)	-	(55)	(2.766)	(3.898)	(15.151)	11.253
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Contratos futuros									
Posição ativa	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Prê									
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Prê	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	199.148	235.345	(36.197)

Instrumento/ Posição:	Banco PAN								
	31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.570.335	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.036
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (1)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.007
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.570.335	(305)	(17)	(102)	(314)	(3.458)	(4.196)	(4.063)	(133)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (1)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	4.377	5.209	191.861	202.294	79.391	122.903

Instrumento/ Posição:	Consolidado								
	31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.772.346	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.036
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (1)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.007
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	202.011	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.772.346	(305)	(17)	(1.351)	(314)	(5.532)	(7.519)	(7.039)	(480)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (1)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
- CDI	77.302	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)	(1.119)	(43)
- CDI	51.535	-	-	-	-	(912)	(912)	(730)	(182)
- IGPM	73.174	-	-	(1.249)	-	-	(1.249)	(1.127)	(122)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	3.128	5.209	189.787	198.971	76.415	122.556

(1) *Hedge* Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

Banco PAN	31/12/2013			31/12/2012		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	575.694	(555.794)	19.900	422.589	(82.779)	339.810
Contratos futuros	581.706	(649.212)	(67.506)	234.574	(246.442)	(11.868)
Termo de moeda	10.252	(33.141)	(22.890)	-	-	-
Total	1.167.652	(1.238.147)	(70.495)	657.163	(329.221)	327.942

Consolidado	31/12/2013			31/12/2012		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	643.801	(606.818)	36.983	433.299	(99.653)	333.646
Contratos futuros	581.706	(649.212)	(67.506)	234.574	(246.442)	(11.868)
Termo de moeda	10.252	(33.141)	(22.890)	-	-	-
Total	1.235.759	(1.289.171)	(53.412)	667.873	(346.095)	321.778

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de renda fixa	77.432	133.671	203.264	193.507
Resultado com cotas subordinadas	17.803	(132.648)	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	147.655	139.025	137.433	103.533
Total	242.890	140.048	340.697	297.040

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 31/12/2013 e 31/12/2012, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco PAN			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.521.557	58,26	5.508.275	57,70
Empréstimo em consignação	1.730.544	13,40	1.471.273	15,41
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	573.602	4,44	278.369	2,92
Capital de giro	1.326.583	10,27	959.740	10,05
Financiamentos habitacionais	111	-	-	-
Direitos creditórios adquiridos	23.445	0,18	49.755	0,52
Renegociações	27.722	0,21	30.442	0,32
Conta garantida	49	-	569	0,01
Crédito pessoal	93.083	0,72	97.330	1,02
Títulos descontados	204	-	4.480	0,05
Cheque especial	277	-	307	0,01
Financiamentos à exportação	585.341	4,54	258.281	2,70
Outros	554	0,01	17.472	0,18
Total das operações de crédito	11.883.072	92,03	8.676.293	90,89
Outros créditos (2)	628.285	4,87	510.360	5,34
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	399.770	3,10	360.194	3,77
Total	12.911.127	100,00	9.546.847	100,00

(1) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	8.135.827	53,67	6.915.784	55,03
Operações de arrendamento mercantil (1)	139.202	0,92	331.337	2,64
Empréstimo em consignação	1.730.544	11,42	1.471.273	11,71
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	190.462	1,26	157.991	1,25
Financiamentos habitacionais	946.927	6,25	783.815	6,24
Empréstimos com garantia imobiliária	356.383	2,35	339.560	2,70
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	573.602	3,78	278.369	2,21
Capital de giro	1.326.583	8,75	959.740	7,64
Direitos creditórios adquiridos	23.445	0,15	49.755	0,39
Renegociações	27.722	0,18	30.442	0,24
Conta garantida	49	-	569	0,01
Crédito pessoal	93.083	0,62	97.330	0,77
Títulos decontados	204	-	4.480	0,04
Cheque especial	277	-	307	0,01
Financiamentos à exportação	585.341	3,86	258.281	2,05
Outros	554	-	17.472	0,14
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.130.205	93,21	11.696.505	93,07
Outros créditos (3)	628.285	4,15	510.360	4,06
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	399.770	2,64	360.194	2,87
Total	15.158.260	100,00	12.567.059	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Banco PAN							
	31/12/2013							
	A vencer							Total
Vencidos								
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.626	917.778	279.340	250.471	697.940	1.275.022	5.633.374	9.059.551
B	35.702	115.008	105.078	108.331	284.263	478.541	716.603	1.843.526
C	47.766	49.021	55.447	32.697	125.826	195.774	277.157	783.688
D	37.423	21.667	11.443	7.328	18.169	85.615	131.516	313.161
E	42.431	6.308	3.696	3.586	10.460	19.620	71.430	157.531
F	37.788	4.260	2.480	2.406	7.032	19.687	48.255	121.908
G	33.934	3.439	2.026	1.973	5.716	11.383	38.901	97.372
H	229.776	20.038	10.737	10.380	28.582	56.305	178.572	534.390
Total	470.446	1.137.519	470.247	417.172	1.177.988	2.141.947	7.095.808	12.911.127

Rating	Banco PAN							
	31/12/2012							
	A vencer							Total
Vencidos								
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.390	563.422	204.643	184.449	481.345	857.843	4.190.309	6.487.401
B	28.716	103.464	88.922	42.841	228.009	352.716	490.005	1.334.673
C	59.687	38.872	42.888	14.939	80.484	136.299	188.116	561.285
D	39.965	11.311	4.677	4.159	15.081	25.985	91.294	192.472
E	52.312	5.264	2.724	2.628	7.328	14.239	71.990	156.485
F	35.856	4.696	2.152	2.127	5.902	12.114	64.694	127.541
G	38.264	3.729	2.036	2.067	5.728	11.655	96.300	159.779
H	228.131	17.845	8.275	7.899	21.960	42.844	200.257	527.211
Total	488.321	748.603	356.317	261.109	845.837	1.453.695	5.392.965	9.546.847

Rating	Consolidado							
	31/12/2013							
	Vencidos		A vencer					Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.892	966.872	307.275	299.526	843.696	1.502.972	6.209.095	10.135.328
B	53.938	132.258	112.525	136.096	333.137	565.899	790.758	2.124.611
C	73.225	65.058	87.110	40.410	189.421	220.500	312.399	988.123
D	69.395	24.058	14.624	11.939	58.631	90.995	190.839	460.481
E	57.811	7.645	4.492	4.330	12.491	22.728	85.738	195.235
F	52.719	5.344	3.108	2.985	8.614	22.055	54.958	149.783
G	61.049	4.334	2.544	2.458	13.962	13.375	43.656	141.378
H	609.066	25.013	13.223	12.712	34.997	66.187	202.123	963.321
Total	983.095	1.230.582	544.901	510.456	1.494.949	2.504.711	7.889.566	15.158.260

Rating	Consolidado							
	31/12/2012							
	Vencidos		A vencer					Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	29.496	85.064	34.906	166.171	192.950	135.004	643.591
A	5.861	627.303	270.290	244.959	624.300	1.109.653	4.958.617	7.840.983
B	33.424	107.983	96.378	49.470	237.700	370.696	551.029	1.446.680
C	67.392	48.687	58.443	18.326	90.287	157.801	245.541	686.477
D	49.042	18.405	18.530	15.497	20.781	36.537	134.170	292.962
E	64.051	9.562	4.240	4.103	15.670	22.239	100.155	220.020
F	42.587	6.571	3.187	3.142	8.831	17.667	81.130	163.115
G	45.876	5.449	3.011	3.018	8.496	16.870	116.106	198.826
H	654.096	25.966	12.706	12.276	34.692	66.888	267.781	1.074.405
Total	962.329	879.422	551.849	385.697	1.206.928	1.991.301	6.589.533	12.567.059

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida %	31/12/2013							
		Banco PAN				Consolidado			
		A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	9.053.925	5.626	9.059.551	45.298	10.129.436	5.892	10.135.328	50.777
B	1,00	1.807.824	35.702	1.843.526	18.435	2.070.673	53.938	2.124.611	21.346
C	3,00	735.922	47.766	783.688	23.511	914.898	73.225	988.123	30.643
D	10,00	275.738	37.423	313.161	31.316	391.086	69.395	460.481	47.048
E	30,00	115.100	42.431	157.531	47.259	137.424	57.811	195.235	59.570
F	50,00	84.120	37.788	121.908	60.954	97.064	52.719	149.783	75.892
G	70,00	63.438	33.934	97.372	68.161	80.329	61.049	141.378	99.885
H	100,00	304.613	229.777	534.390	534.389	354.254	609.067	963.321	963.320
Total		12.440.680	470.447	12.911.127	829.323	14.175.164	983.096	15.158.260	1.348.481
		% sobre total de risco			6,42%	% sobre total de risco			8,90%

		31/12/2012							
		Banco PAN				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	643.591	-	643.591	-
A	0,50	6.482.011	5.390	6.487.401	32.437	7.835.122	5.861	7.840.983	45.369
B	1,00	1.305.957	28.716	1.334.673	13.347	1.413.256	33.424	1.446.680	24.498
C	3,00	501.598	59.687	561.285	16.838	619.085	67.392	686.477	30.696
D	10,00	152.507	39.965	192.472	19.247	243.920	49.042	292.962	45.292
E	30,00	104.173	52.312	156.485	46.946	155.969	64.051	220.020	66.557
F	50,00	91.685	35.856	127.541	63.771	120.528	42.587	163.115	84.772
G	70,00	121.515	38.264	159.779	111.845	152.950	45.876	198.826	139.774
H	100,00	299.080	228.131	527.211	527.211	420.309	654.096	1.074.405	1.074.405
Total		9.058.526	488.321	9.546.847	831.642	11.604.730	962.329	12.567.059	1.511.363
% sobre total de risco					8,71%				12,03%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Banco PAN				
	31/12/2013				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do exercício	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	218.920	-	-	-	218.920
- Constituição/reversão de provisão	969.986	-	(84.155)	(1.363)	884.468
- Baixas contra a provisão	(1.191.225)	-	-	-	(1.191.225)
Saldo do fim do exercício	829.323	-	132.982	13.830	976.135
- Créditos recuperados (4) (5)	180.945	-	-	-	180.945
- Efeito no resultado (6)	(789.041)	-	84.155	1.363	(703.523)

	Banco PAN				
	31/12/2012				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do exercício	665.377	53.893	166.116	12.685	898.071
- Constituição/reversão de provisão	1.229.365	(53.893)	51.021	2.508	1.229.001
- Baixas contra a provisão	(1.063.100)	-	-	-	(1.063.100)
Saldo do fim do exercício	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972
- Créditos recuperados (4) (5)	121.127	-	-	-	121.127
- Efeito no resultado (6)	(1.108.238)	53.893	(51.021)	(2.508)	(1.107.874)

	Consolidado				
	31/12/2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.511.363	431	217.137	15.933	1.744.864
- Constituição/reversão de provisão	1.089.973	(361)	(84.155)	(950)	1.004.507
- Baixas contra a provisão	(1.252.855)	-	-	-	(1.252.855)
Saldo do fim do exercício	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Créditos recuperados (4) (5)	211.685	-	-	-	211.685
- Efeito no resultado (6)	(878.288)	361	84.155	950	(792.822)

	Consolidado				
	31/12/2012				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.096.202	53.893	166.116	12.685	1.328.896
- Saldos de empresas adquiridas (7)	29.150	8.088	-	740	37.978
- Constituição/reversão de provisão	1.556.930	(61.550)	51.021	2.508	1.548.909
- Baixas contra a provisão	(1.170.919)	-	-	-	(1.170.919)
Saldo do fim do exercício	1.511.363	431	217.137	15.933	1.744.864
- Créditos recuperados (4) (5)	139.678	-	-	-	139.678
- Efeito no resultado (6)	(1.417.252)	61.550	(51.021)	(2.508)	(1.409.231)

- (1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;
- (2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;
- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No exercício findo em 31/12/2013, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 211.685 (sendo R\$ 180.945 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 22.785 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 7.955 de recuperação de crédito da Ourinvest). No Banco PAN e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 27.722 (R\$ 30.442 em 31/12/2012);
- (5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito;
- (6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados;
- (7) Representado pela empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (vide nota 1); e
- (8) Em 28/06/2013, foi encerrado o FIDC FBP – Financeiro (nota 2), sendo que a carteira de operações de crédito do mesmo foi incorporada à carteira própria do Banco PAN. Os FIDC's não utilizam a política contábil de baixa de operações de crédito para prejuízo, conforme a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, o Banco PAN analisou a carteira recebida do FIDC FBP e realizou uma baixa contra provisão no montante de R\$ 153.305.

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco PAN			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	10.250.250	79,40	7.764.313	81,33
Agroindústria	456.126	3,53	179.354	1,88
Açúcar e Etanol	129.216	1,00	77.914	0,82
Agronegócio e Proteína Animal	326.910	2,53	101.440	1,06
Comércio	902.306	6,99	954.042	9,99
Atacado e Varejo	902.306	6,99	954.042	9,99
Indústrias de Base	327.044	2,53	139.974	1,47
Autopeças	174	-	2.096	0,02
Indústria Química	41.586	0,32	40.116	0,42
Óleo e Gás	20	-	-	-
Outras Indústrias	229.978	1,78	80.972	0,85
Papel e Celulose	48.941	0,38	6.713	0,07
Têxtil	6.345	0,05	10.077	0,11
Serviços	975.401	7,55	509.164	5,33
Construção e Incorporação	434.980	3,37	179.789	1,87
Financeiros	41.209	0,32	66.652	0,70
Locação de Veículos	24.692	0,19	10.178	0,11
Mídia, TI e Telecom	15.347	0,12	22.159	0,23
Outros Serviços	327.141	2,53	173.367	1,82
Saúde, Segurança e Educação	6915	0,05	103	-
Transporte e Logística	93.462	0,72	9.097	0,10
Utilitários	31.655	0,25	47.819	0,50
Total	12.911.127	100,00	9.546.847	100,00

Setor de atividade	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	11.622.375	76,67	9.925.787	78,98
Agroindústria	456.126	3,00	179.354	1,43
Açúcar e Etanol	129.216	0,85	77.914	0,62
Agronegócio e Proteína Animal	326.910	2,15	101.440	0,81
Comércio	907.314	5,99	1.020.938	8,12
Atacado e Varejo	907.314	5,99	1.020.938	8,12
Indústrias de Base	328.261	2,16	139.974	1,11
Autopeças	174	-	2.096	0,02
Indústria Química	41.586	0,27	40.116	0,32
Óleo e Gás	20	-	-	-
Outras Indústrias	231.195	1,53	80.972	0,64
Papel e Celulose	48.941	0,32	6.713	0,05
Têxtil	6.345	0,04	10.077	0,08
Serviços	1.844.184	12,18	1.301.006	10,36
Construção e Incorporação	1.280.412	8,45	971.631	7,74
Financeiros	41.209	0,28	66.652	0,53
Locação de Veículos	24.692	0,16	10.178	0,08
Mídia, TI e Telecom	15.347	0,10	22.159	0,18
Outros Serviços	350.492	2,31	173.367	1,38
Saúde, Segurança e Educação	6.915	0,05	103	-
Transporte e Logística	93.462	0,62	9.097	0,07
Utilitários	31.655	0,21	47.819	0,38
Total	15.158.260	100,00	12.567.059	100,00

f) **Concentração das operações de crédito:**

Maiores Devedores	Banco PAN				Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	322.095	2,49	232.068	2,43	335.470	2,21	294.565	2,34
50 seguintes maiores devedores	788.576	6,11	622.140	6,52	891.200	5,88	742.980	5,91
100 seguintes maiores devedores	904.671	7,01	705.383	7,39	1.054.544	6,96	850.136	6,76
Demais devedores	10.895.785	84,39	7.987.256	83,66	12.877.046	84,95	10.679.378	84,99
Total	12.911.127	100,00	9.546.847	100,00	15.158.260	100,00	12.567.059	100,00

g) **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**

- **Cessões sem coobrigação**

No exercício findo em 31/12/2013, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	Banco PAN		
	31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	3.122.155	2.847.995	274.160
Empréstimo em consignação	3.077.343	2.459.507	617.836
Financiamentos habitacionais	258.949	221.539	37.410
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	26.031	21.428	4.603
Empréstimos com garantia imobiliária	507.030	414.032	92.998
Total	6.991.508	5.964.501	1.027.007

	Consolidado		
	31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	3.122.155	2.847.995	274.160
Empréstimo em consignação	3.077.343	2.459.507	617.836
Financiamentos habitacionais	258.949	213.421	44.528
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	26.031	21.843	4.188
Empréstimos com garantia imobiliária	507.030	396.661	110.369
Total	6.991.508	5.940.427	1.051.081

	Banco PAN		
	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	185.074	61.926
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.398	2.097
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	344.434	112.389
Total	3.264.227	2.634.806	629.421

	Consolidado		
	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717
Total	3.264.227	2.613.375	650.852

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

- **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 498.748 (R\$ 1.157.786 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 540.424 (R\$ 1.283.008 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 132.982 (R\$ 217.137 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (ver nota explicativa nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	1.027.007	629.421	1.051.081	650.852
Cartão de crédito	325.903	221.259	325.903	221.259
Crédito direto ao consumidor	1.315.997	837.360	1.524.765	1.249.931
Empréstimos em consignação	346.170	257.610	346.170	257.610
Crédito pessoal	43.193	57.011	43.193	57.011
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	180.945	121.127	211.685	139.678
Direitos creditórios	8.269	1.912	8.269	1.912
Renegociações	3.292	4.346	3.292	4.346
Financiamento à exportação	197.581	23.842	197.581	23.842
Habitacionais	249	608	127.510	62.718
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	22.622	7.792
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	55.629	31.506
Capital de giro	163.573	114.047	163.573	114.047
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	44.219	90.154
Outras	4.817	17.042	4.817	17.042
Total	3.616.996	2.285.585	4.130.309	2.929.700

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco PAN e Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	411.553	357.597
Rendas a receber	16.965	13.916
Total do Ativo	428.518	371.513
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	382.805	346.278
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(382.805)	(346.278)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco PAN e Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de Financiamento à Exportação	33.856	26.234
Varição Cambial	79.590	30.417
Outros	4.293	3.929
Total	117.739	60.580

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2013	31/12/2012
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	10.069	13.523
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09	-	141.075
Cédula de Crédito Imobiliário	26/07/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	183.681	-
Total				193.750	154.598

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	29.127	27.866
Aplicações Financeiras	182.360	126.087
Recebíveis Imobiliários (1)	10.313.889	8.726.764
Outros Ativos	26.513	6.274
Total do Ativo	10.551.889	8.886.991
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	10.400.866	8.841.490
Outros Passivos	137.865	28.173
Total do Passivo	10.538.731	8.869.663
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	13.158	17.328

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 19,7988 % a.a. (31/12/2012 – 0,00% a.a. a 18,44% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 10/01/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,0687% a.a. a 77,5036% a.a. (31/12/2012 – 2,00% a.a. a 65,4054% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2013, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 3.134.267 (31/12/2012 – R\$ 1.374.458) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 15.223 (31/12/2012 – R\$ 19.456).

c) Em 31/12/2013, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 27.669 mil, que corresponde a 3,28% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Créditos tributários (Nota 34b)	2.466.982	2.649.711	2.810.588	3.013.674
Valores a receber por cessão de créditos	205.281	148.860	205.281	149.031
Títulos e créditos a receber (2)	628.285	510.360	628.285	510.360
Imposto de renda a compensar	290.039	67.694	380.069	168.668
Depósitos judiciais e fiscais	115.079	68.703	144.554	89.656
Cartões de crédito (3)	2.110	17.689	2.110	17.689
Valores a receber de empréstimos consignados (4)	17.456	29.194	17.456	29.194
Valores a receber de sociedades ligadas	20.742	4.713	-	-
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	9.092	-	9.427	-
Adiantamentos e antecipações salariais	781	-	1.694	-
Outros	71.082	47.242	97.321	60.146
Total	3.826.929	3.544.166	4.296.785	4.038.418

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(3) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram; e

(4) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2013 é R\$ 13.830 (R\$ 15.193 em 31/12/2012).

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outras:

	Valor Residual							
	Banco PAN				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2013	31/12/2012	Custo	Provisão para perdas	31/12/2013	31/12/2012
Veículos	27.014	(11.692)	15.322	18.445	27.799	(12.124)	15.675	19.449
Veículos em regime especial	43.561	(37.276)	6.285	6.101	46.578	(39.991)	6.587	6.579
Imóveis	13.979	(55)	13.924	127	51.882	(55)	51.827	16.429
Total dos bens não de uso próprio	84.554	(49.023)	35.531	24.673	126.259	(52.170)	74.089	42.457
Outros bens	476	-	476	374	476	-	476	374
Total de outros valores e bens	85.030	(49.023)	36.007	25.047	126.735	(52.170)	74.565	42.831

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores por “impairment”, no montante de R\$ 2.745 (31/12/2012 – R\$ 173) no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

b) Despesas antecipadas:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comissões pagas a correspondentes bancários	385.314	313.725	397.819	360.523
Gastos na emissão de títulos no exterior	21.061	12.778	21.318	12.778
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	19.630	3.464
Outras	657	66	2.386	899
Total	407.032	326.569	441.153	377.664

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado 31/12/2013	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2) Exercício findo em	
			ON	PN	Cotas			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	63.994	11	-	-	99,970%	(3.188)	63.974	67.161	(3.187)	(35.472)
PAN Seguros S.A. (1)(3)	71.256	181.256	339.207	106	-	99,999%	50.794	181.255	168.180	50.793	37.469
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	5.061	29.468	-	-	5.061	99,999%	2.176	29.468	24.294	2.176	21.278
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)	306	5.742	-	-	306	99,999%	3.589	5.742	2.153	3.589	1.871
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1)(3)(4)(5)(6)(7)	867.543	796.835	151.656	31.431	-	100,000%	(14.337)	897.517	968.076	(14.337)	10.002
Total								1.177.956	1.229.864	39.034	35.148

(1) Dados relativos a 31/12/2013;

(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do exercício findo em 31/12/2013 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(4) Empresa adquirida em 2012 (Nota 1);

(5) O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 99.952, líquido da amortização acumulada (Nota 16a);

(6) Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 85.000; e

(7) Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 55.000.

b) Outros Investimentos:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380	380
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	304	304
Incentivos fiscais	-	-	69	80
Obras de Arte	23	23	23	23
Outros	-	-	1	1
Total	403	403	777	788

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores de Investimentos por “*impairment*”, no montante de R\$ 11 (31/12/2012 – R\$ 50) no Consolidado, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

15) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco PAN	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	36.677	(12.363)	24.314	11.172
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.770	(1.543)	1.227	204
Sistemas de processamento de dados	20%	32.352	(20.334)	12.018	3.361
Sistemas de transportes	20%	381	(218)	163	70
Total em 31/12/2013		72.180	(34.458)	37.722	-
Total em 31/12/2012		47.495	(32.688)	-	14.807

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Imóveis de uso	4%	2.530	(332)	2.198	2.279
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	66.925	(18.361)	48.564	34.954
Sistemas de segurança e comunicações	10%	3.728	(1.901)	1.827	230
Sistemas de processamento de dados	20%	34.130	(21.584)	12.546	4.570
Sistemas de transportes	20%	381	(217)	164	70
Outras imobilizações	-	132	-	132	113
Total em 31/12/2013		107.826	(42.395)	65.431	-
Total em 31/12/2012		82.308	(40.092)	-	42.216

(1) No exercício de 2013 a rubrica “Benfeitorias em Imóveis de Terceiros” foi reclassificada do Ativo Intangível para o Ativo Imobilizado (Instalações, móveis e equipamentos de uso) para melhor classificação contábil.

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores do ativo imobilizado por “*impairment*”, no montante de R\$ 1.213 (R\$ 338 no exercício findo em 31/12/2012) no Banco PAN e R\$ 3.324 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) INTANGÍVEL**a) Ágio:**

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram amortizados ágios no montante de R\$ 11.645 no Banco PAN e R\$ 25.053 no consolidado. Para maiores informações sobre a aquisição do investimento vide nota 1 às demonstrações financeiras.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco PAN	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	50.780	(22.979)	27.801	24.003
Outros	10%	22	(19)	3	3
Total em 31/12/2013		50.802	(22.998)	27.804	-
Total em 31/12/2012		36.768	(12.762)	-	24.006

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	53.960	(24.511)	29.449	25.216
Ágio (Nota 16a)	10%	250.532	(35.493)	215.039	240.092
Outros	10%	1.522	(19)	1.503	3
Total em 31/12/2013		306.014	(60.023)	245.991	-
Total em 31/12/2012		300.858	(35.547)	-	265.311

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco PAN	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2012	24.003	3	24.006
Adições/Baixas	14.822	-	14.822
Amortização do período	(11.024)	-	(11.024)
Saldo em 31/12/2013	27.801	3	27.804

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16 a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2012	25.216	240.092	3	265.311
Adições/Baixas	16.221	-	1.500	17.721
Amortização do período	(11.988)	(25.053)	-	(37.041)
Saldo em 31/12/2013	29.449	215.039	1.503	245.991

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores do Intangível por "impairment", no montante de R\$ 41 (R\$ 1.144 no exercício findo em 31/12/2012) no Banco PAN e R\$ 313 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco PAN	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012
• Depósitos à vista (1)	178.301	-	-	-	178.301	101.616
• Depósitos interfinanceiros	4.475.857	1.873.233	170.852	64.099	6.584.041	4.492.951
• Depósitos a prazo (2)	61.389	994.114	366.534	1.470.838	2.892.875	2.659.747
Total em 31/12/2013	4.715.547	2.867.347	537.386	1.534.937	9.655.217	-
Total em 31/12/2012	2.113.930	2.625.972	1.010.584	1.503.828	-	7.254.314

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012
• Depósitos à vista (1)	178.058	-	-	-	178.058	101.560
• Depósitos interfinanceiros	4.474.244	1.863.830	2.202	64.099	6.404.375	4.150.507
• Depósitos a prazo (2)	60.517	972.078	228.542	1.421.735	2.682.872	2.362.061
Total em 31/12/2013	4.712.819	2.835.908	230.744	1.485.834	9.265.305	-
Total em 31/12/2012	2.113.874	2.625.972	419.359	1.454.923	-	6.614.128

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) O Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Captações no mercado aberto:

Banco PAN	31/12/2013					31/12/2012
	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria	351.007	19.040	760	57.712	428.519	861.012
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	80.606	19.040	760	57.712	158.118	239.827
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	270.401	-	-	-	270.401	621.185
Carteira de Terceiros	664.077	-	-	-	664.077	239.722
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.078	-	-	-	207.078	239.722
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	456.999	-
Total em 31/12/2013	1.015.084	19.040	760	57.712	1.092.596	-
Total em 31/12/2012	1.015.907	-	39.150	45.677	-	1.100.734

Consolidado	31/12/2013					31/12/2012
	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria	345.408	19.040	760	57.712	422.920	840.134
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	80.606	19.040	760	57.712	158.118	239.827
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	264.802	-	-	-	264.802	600.307
Carteira de Terceiros	664.077	-	-	-	664.077	239.722
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.078	-	-	-	207.078	239.722
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	456.999	-
Total em 31/12/2013	1.009.485	19.040	760	57.712	1.086.997	-
Total em 31/12/2012	995.029	-	39.150	45.677	-	1.079.856

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco PAN	31/12/2013					31/12/2012
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários – país						
• Letras Financeiras – LF	-	349	849.803	1.377.692	2.227.844	1.225.588
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	73.744	157.717	388.443	104.953	724.857	365.499
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	18.024	38.984	137.890	27.096	221.994	64.343
Subtotal	91.768	197.050	1.376.136	1.509.741	3.174.695	1.655.430
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	-	-	11.741	676.163	687.904	612.588
Subtotal	-	-	11.741	676.163	687.904	612.588
Total em 31/12/2013	91.768	197.050	1.387.877	2.185.904	3.862.599	-
Total em 31/12/2012	71.473	134.560	487.558	1.574.427	-	2.268.018

Consolidado	31/12/2013					31/12/2012
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país						
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	106	475	939	11.409	12.929	16.796
• Letras Financeiras – LF	-	349	849.803	1.377.692	2.227.844	1.225.588
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	73.744	157.717	388.443	104.953	724.857	365.499
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	99.578	186.182	622.754	562.698	1.471.212	1.290.074
Subtotal	173.428	344.723	1.861.939	2.056.752	4.436.842	2.897.957
• Recursos de Debêntures	-	-	-	-	-	54.213
Subtotal	-	-	-	-	-	54.213
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	-	-	11.741	676.163	687.904	612.588
Subtotal	-	-	11.741	676.163	687.904	612.588
Total em 31/12/2013	173.428	344.723	1.873.680	2.732.915	5.124.746	-
Total em 31/12/2012	291.327	510.699	800.705	1.962.027	-	3.564.758

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco PAN lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da tranche nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco PAN e Consolidado	
			31/12/2013 (1)	31/12/2012 (1)
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015	687.904	612.588
Total			687.904	612.588

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 13.252 no exercício findo em 31/12/2013 (despesa de R\$ 15.874 no exercício findo em 31/12/2012). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos a prazo (1)	295.035	334.787	295.035	328.392
Depósitos interfinanceiros	396.150	246.190	376.755	239.714
Variação cambial	235.882	162.637	235.882	162.637
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	145.497	157.747	145.497	157.747
Marcação a Mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	(105.950)	152.991	(105.950)	152.991
Operações compromissadas	155.979	102.817	155.979	99.376
Letras Financeiras – LF	165.955	63.286	165.955	63.286
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	44.589	21.405	44.589	21.405
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	9.365	10.901	11.237	10.901
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	10.674	2.349	80.076	37.575
Captação por meio de FIDCs	-	-	20.676	85.500
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	-	-	459
Debêntures	-	-	2.851	2.176
Total	1.353.175	1.255.110	1.428.583	1.362.159

(1) O Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	138.700	161.868	129.740	152.362
Total	138.700	161.868	129.740	152.362

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Banco PAN	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012
• No Exterior	-	-	-	-	-	56.817
Total em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2012	10.234	23.590	22.993	-	-	56.817

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012
• No País	-	1.458	-	100.000	101.458	137.401
• No Exterior	3.267	864	117.130	117.130	238.391	307.618
Total em 31/12/2013	3.267	2.322	117.130	217.130	339.849	-
Total em 31/12/2012	14.773	24.771	100.294	305.181	-	445.019

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No país	-	-	12.586	14.363
No exterior	9.003	1.244	77.732	11.819
Total	9.003	1.244	90.318	26.182

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco PAN e Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.243.306	1.184.089
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	11.544	10.540
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	105.777	-
Total					1.360.627	1.194.629

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 92.698 no exercício findo em 31/12/2013 (despesa de R\$ 137.117, no exercício findo em 31/12/2012). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, o Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

As provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 53.241 permanecem registradas.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN S/A é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I – Provisões segregadas por natureza:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Processos cíveis	148.369	102.935	163.105	113.285
Processos tributários	3.160	3.409	21.386	20.970
Processos trabalhistas	42.432	11.850	59.717	17.543
Subtotal (1)	193.961	118.194	244.208	151.798
Provisão para riscos fiscais (2)	-	563.755	53.241	642.663
Total	193.961	681.949	297.449	794.461

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

II – Movimentação das provisões:

Banco PAN	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2012	11.850	102.935	3.409	118.194	563.755	681.949
Baixas	(6.991)	(120.089)	-	(127.080)	(563.755)	(690.835)
Constituições líquidas de reversões	37.573	165.523	(249)	202.847	-	202.847
Saldo em 31/12/2013	42.432	148.369	3.160	193.961	-	193.961

Consolidado	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	151.798	642.663	794.461
Baixas	(7.988)	(127.425)	-	(135.413)	(589.422)	(724.835)
Constituições líquidas de reversões	50.162	177.245	416	227.823	-	227.823
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	244.208	53.241	297.449

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	-	563.755	53.241	642.663
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09 (1)	33.021	36.069	34.872	38.239
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	65.887	84.117
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	-	18.659	145.271	207.572
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.031	7.678	7.596	8.045
Impostos e contribuições sobre salários	1.217	1.028	4.431	3.518
ISS a recolher	1.532	1.637	2.978	3.426
COFINS a recolher	13.762	1.050	17.136	4.073
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	2.775	334	2.775	334
PIS a recolher	2.236	171	2.878	776
Outros	-	-	358	116
Total	61.574	630.381	337.423	992.879

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Débitos previdenciários	30.265	33.058	30.265	33.058
Demais débitos	2.756	3.011	4.607	5.181
Total	33.021	36.069	34.872	38.239

b) Diversas:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Captação de recursos FIDCs	-	-	2.658	560.924
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	554.055	490.476	554.055	490.476
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	132.982	217.137	132.982	217.137
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	193.961	118.194	244.208	151.798
Valores a pagar a sociedades ligadas	18.605	18.983	11.958	7.365
Valores a pagar a lojistas	2.080	25.302	2.088	25.302
Provisão para pagamentos a efetuar	102.010	87.805	144.548	121.622
Arrecadação de cobrança	95.261	41.997	95.422	48.413
Cheques administrativos	9	39	9	-
Depósitos de terceiros	-	-	1.797	-
Valores específicos de consórcio	-	-	15.815	16.119
Outros	65.899	11.477	78.374	35.301
Total	1.164.862	1.011.410	1.283.914	1.674.457

23) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Prestamistas	108.794	64.656
Desemprego/perda de renda	10.500	17.641
Acidentes pessoais coletivos	2.761	4.938
Rendas de eventos aleatórios	405	1.107
Vida em grupo	49	77
Seguro Habitacional - Prestamista	39	67
Seguro Habitacional – Demais coberturas	1	24
Total	122.549	88.510

b) Sinistros a liquidar:

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Acidentes pessoais coletivos	2.076	2.573
Vida em grupo	1.393	1.630
Prestamistas	2.408	1.429
Desemprego/perda de renda	740	564
Rendas de eventos aleatórios	813	535
Seguro Habitacional – Prestamista	125	-
Outros	16	14
Subtotal (1)	7.571	6.745
DPVAT	21.436	17.593
Total	29.007	24.338

(1) Do montante de R\$ 7.571 (R\$ 6.745 em 31/12/2012), o valor de R\$ 3.729 (R\$ 3.384 em 31/12/2012) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	339	3.729	312	3.384
Total	339	3.729	312	3.384

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
DPVAT	17.643	15.727
Prestamistas	7.579	6.395
Vida em grupo	1.495	5.457
Acidentes pessoais coletivos	1.445	1.051
Desemprego/perda de renda	1.123	524
Rendas de eventos aleatórios	688	524
Seguro Habitacional – Prestamista	115	-
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	46	-
Resseguros	38	3
Total	30.172	29.681

d) Provisão de Despesa Relacionada (1):

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Prestamista	121	-
Acidentes pessoais coletivos	154	-
Rendas de eventos aleatórios	126	-
Vida em grupo	349	-
Desemprego/Perda de renda	17	-
Total	767	-

(1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

e) Outras provisões:

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
DPVAT	175	453
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	267	380
Acidentes pessoais coletivos	-	318
Vida em grupo	-	5
Desemprego/Perda de renda	-	262
Total	442	1.418

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	182.937	143.946
--	----------------	----------------

f) Resultado com operações de seguros**I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:**

Ramos (1)	31/12/2013	31/12/2012
Danos pessoais (DPVAT)	37.893	33.897
Acidentes pessoais coletivos	7.837	30.573
Desemprego/perda de renda	7.484	8.346
Prestamista	73.352	18.573
Renda de eventos aleatórios	744	1.154
Vida em grupo	(494)	68
Seguro Habitacional - Prestamista	1.623	(51)
Seguro Habitacional – Demais coberturas	581	(14)
Total	129.020	92.546

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	31/12/2013	31/12/2012
DPVAT	33.079	29.803
Rendas de eventos aleatórios	1.349	1.865
Desemprego/perda de renda	1.899	1.775
Acidentes pessoais coletivos	770	697
Resseguros	40	3
Vida em grupo	(3.308)	(1.335)
Prestamista	9.316	(1.182)
Seguro Habitacional – Prestamista	462	-
Seguro Habitacional – Demais coberturas	46	-
Assistência	225	69
Total	43.878	31.695

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2013 e 31/12/2012 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2013	31/12/2012
Ordinárias	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	242.612.675	242.612.675
Total	535.076.075	535.076.075

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco PAN, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O preço de emissão foi fixado em R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e dos dois rateios de sobras realizados, foram subscritas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18/01/2012, as sobras não subscritas foram canceladas. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012. Os novos recursos recebidos substituíram o montante de R\$ 620.000 efetuados em 09/11/2011, classificados em "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias", nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

No exercício de 2012, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Esse dividendo será majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012.

Em função do prejuízo do exercício e dos prejuízos acumulados, o Banco PAN não declarou dividendos no exercício de 2013.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operações de crédito	182.399	172.912	182.399	172.912
Rendas de cartões	138.368	82.372	138.368	82.395
Rendas de serviços de cobrança	444	243	444	243
Administração de consórcios	-	-	17.397	21.773
Rendas de estruturação de operações / fundos	-	-	13.091	12.639
Rendas de administração de fundos	-	-	-	3.697
Rendas de comissão / intermediação	1.584	-	3.124	1.545
Outras	9.648	22.211	13.751	20.251
Total	332.443	277.738	368.574	315.455

26) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Proventos	125.634	100.094	268.971	181.327
Encargos Sociais	29.775	26.606	75.055	55.094
Benefícios	16.720	10.965	55.712	36.296
Honorários	12.261	11.214	26.339	16.918
Outros	1.788	1.207	4.178	1.498
Total	186.178	150.086	430.255	291.133

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	779.961	414.112	635.465	497.788
Serviços de terceiros	137.800	352.380	194.511	220.717
Processamento de dados	55.220	52.051	58.045	53.327
Serviços do sistema financeiro	66.910	62.136	72.479	77.977
Comunicações	42.401	42.398	48.174	45.701
Taxas e emolumentos	32.366	42.075	33.453	45.089
Propaganda, promoções e publicidade	25.638	7.425	34.894	9.621
Aluguéis	28.665	15.849	48.655	28.314
Transporte	6.190	4.732	9.358	6.477
Depreciação e amortização	16.202	7.284	21.731	9.950
Viagens	4.843	1.965	8.138	3.273
Manutenção e conservação de bens	7.009	4.368	11.191	6.412
Despesas com busca e apreensão de bens	21.021	27.494	21.171	27.878
Materiais de consumo	639	1.227	846	1.432
Administração de fundos	-	-	1.994	4.595
Outras	51.644	56.854	63.315	66.301
Total	1.276.509	1.092.350	1.263.420	1.104.852

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 7.392 mil (nota 1).

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contribuição à Cofins	108.187	61.365	147.830	88.302
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	15.406	13.598	33.202	31.286
Contribuição ao PIS	17.589	9.990	25.209	15.188
Impostos e taxas	5.264	2.036	11.193	4.489
Total	146.446	86.989	217.434	139.265

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Recuperação de encargos e despesas (1)	14.839	64.516	19.381	82.050
Reversão de provisões	121.329	44.102	129.828	50.588
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	16.079	30.420	16.079	30.420
Amortização do deságio – BCS (2)	11.547	-	11.547	-
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	4.946	4.413	4.946	4.413
Restituição de prêmios de seguros	-	39	-	39
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	8.384	-
Adesão ao Refis	21.430	-	29.186	-
Outras	63.678	19.953	84.546	45.596
Total	253.848	163.443	303.897	213.106

(1) A partir de novembro de 2012, os valores a repassar às assessorias de cobrança pela recuperação de créditos estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o Banco PAN; e

(2) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).

b) Outras despesas operacionais:

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cessão de operações de crédito	386.071	176.716	333.739	180.010
Constituição de provisões	203.096	84.105	217.672	98.606
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes	30.399	51.294	30.436	51.345
Variação monetária passiva	143.381	34.515	151.811	40.365
<i>Impairment</i> de ativos	16.593	-	20.027	-
Descontos concedidos	25.884	24.060	30.984	32.016
Amortização de ágio	11.645	4.852	25.053	10.440
Administração de Apólice de Seguros	-	-	135	4.094
Gravames (1)	19.585	7.390	19.609	7.395
Outras	36.633	45.059	90.050	61.547
Total	873.287	427.991	919.516	485.818

(1) Despesa anteriormente classificada em Outras Despesas Administrativas – Processamento de Dados.

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado na alienação de outros valores e bens	(101.525)	(88.540)	(98.416)	(82.642)
Desvalorização de outros valores e bens	46.514	(20.947)	48.978	(20.911)
Resultado na alienação de imobilizado / investimento	-	424	-	(1.003)
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	(3.999)	(2.103)	(6.382)	(2.285)
Outros	14	7	254	19
Total	(58.996)	(111.159)	(55.566)	(106.822)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco PAN			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	49.999	6.000	6.950	53.270
Caixa Econômica Federal	-	-	4.327	5.257
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	71.794	238.297	10.685	35.957
Total	121.793	244.297	21.962	94.484
Títulos e valores mobiliários (b)				
Caixa CDC FIDC	33.904	85.478	5.126	(4.439)
Caixa Master CDC FIDC	203.304	293.954	4.350	(91.774)
FIDC F BP Financeiro	-	79.007	8.327	(36.434)
Banco BTG Pactual S.A.	86.563	100.811	8.837	95.871
Total	323.771	559.250	26.640	(36.776)
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	189.985	116.271	-	-
Total	189.985	116.271	-	-
Outros créditos (d)				
Caixa Econômica Federal	-	2.596	-	-
PAN Seguros S.A. – JCP	7.233	2.117	7.233	-
PAN Seguros S.A.	64	-	-	-
Panamericana Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	9	-	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	3.211	-	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	19	-	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	18	-	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	18	-	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	18	-	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	810	-	-	-
Total	11.400	4.713	7.233	-
Depósitos à vista (e)				
PAN Seguros S.A.	(10)	(9)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(6)	(5)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(5)	(12)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(195)	(9)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(13)	(5)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	(3)	-	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(4)	(21)	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(3)	(1)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	(2)	-	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(1)	(1)	-	-
Pessoal chave da administração	(2)	(3)	-	-
Total	(244)	(66)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(1.308.963)	(1.203.256)	(49.247)	(25.184)
Caixa Econômica Federal	(4.977.657)	(2.789.541)	(140.753)	(173.202)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(179.666)	(342.443)	(19.394)	(6.477)
Total	(6.466.286)	(4.335.240)	(209.394)	(204.863)
Depósitos a prazo (g)				
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(2.066)	(2.728)	(342)	(29)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(23.401)	(28.080)	(2.091)	(505)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(23.631)	(18.097)	(1.775)	(378)

Brazilian Securities Companhia de Securitização	(15.236)	(77.699)	(6.785)	(1.350)
Brazilian Finance Real Estate	(3.939)	(3.136)	(1.242)	(247)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	(132.547)	(165.890)	(10.781)	(3.886)
Ourinvest Real Estate Holding	(9.184)	(2.056)	(2.654)	(8)
Total	(210.004)	(297.686)	(25.670)	(6.403)
Obrigações por operações compromissadas (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(2.726)	(11.204)
Caixa Econômica Federal	-	(499.992)	(538)	(606)
Caixa CDC FIDC	(1.549)	(5.926)	(527)	(547)
Caixa Master CDC FIDC	(4.049)	(14.952)	(1.046)	(1.558)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda	-	-	-	(1.668)
Total	(5.598)	(520.870)	(4.837)	(15.583)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)				
Banco BTG Pactual S.A	(328.931)	-	(18.451)	-
Pessoal chave da administração	-	(929)	-	(100)
Total	(328.931)	(929)	(18.451)	(100)
Instrumentos Financeiros Derivativos (j)				
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(10.795)	-	(10.916)	-
Total	(10.795)	-	(10.916)	-
Outras Obrigações (k)				
Caixa Econômica Federal	-	(39.117)	-	-
PAN Seguros S.A.	-	(68)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(219)	(615)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(5.918)	(6.729)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(1.091)	(2.596)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(23)	-	-	-
Total	(7.251)	(49.125)	-	-
Receita de prestação de serviços (l)				
PAN Seguros S/A	-	-	3.945	-
Total	-	-	3.945	-
Despesa de pessoal (m)				
PAN Seguros S.A.	-	-	(184)	(77)
Total	-	-	(184)	(77)
Outras despesas administrativas (n)				
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	-	-	(196.290)	(165.913)
PAN Seguros S.A.	-	-	(867)	(404)
Caixa Participações S.A	-	-	-	(1)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(939)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	(106)	(97)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	-
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(3)	(213)
Tecban S.A	-	-	(653)	(531)
Caixa Econômica Federal	-	-	(40)	(1.513)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(669)	-
Total	-	-	(199.567)	(168.672)
Outras despesas operacionais (o)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(5.327)
Total	-	-	-	(5.327)
Resultado obtido na cessão de crédito (p)				
Caixa Econômica Federal	-	-	1.027.007	629.421

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

- (h) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
(i) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
(j) Referem-se a operações de Swap;
(k) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;
(l) Referem-se comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;
(m) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores;
(n) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
(o) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista; e
(p) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	5	-	-	-
Total	5	-	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)				
Banco BTG Pactual S.A.	49.999	6.000	6.950	53.270
Caixa Econômica Federal	-	-	4.327	5.257
Total	49.999	6.000	11.277	58.527
Títulos e valores mobiliários (c)				
Banco BTG Pactual S.A.	86.563	100.811	8.837	95.871
Caixa Econômica Federal	22.390	-	1.481	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	22.885	-	1.681	-
Total	131.838	100.811	11.999	95.871
Cessão de crédito (d)				
Caixa Econômica Federal	189.985	116.271	-	-
Total	189.985	116.271	-	-
Outros créditos (e)				
Caixa Econômica Federal	-	2.596	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	58	-	-	-
Total	58	2.596	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(1.308.963)	(1.203.256)	(49.247)	(25.184)
Caixa Econômica Federal	(4.977.657)	(2.789.541)	(140.753)	(173.202)
Total	(6.286.620)	(3.992.797)	(190.000)	(198.386)
Obrigações por operações compromissadas (g)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(2.726)	(11.204)
Caixa Econômica Federal	-	(499.992)	(538)	(606)
Total	-	(499.992)	(3.264)	(11.810)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	(353.819)	-	(21.022)	-
Total	(353.819)	(929)	(21.022)	(100)
Outras Obrigações (i)				
Caixa Econômica Federal	(70)	(39.117)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	(151)	-	(151)	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	(389)	-	-	-
Total	(610)	(39.117)	(151)	-
Outras despesas administrativas (j)				
Caixa Econômica Federal	-	-	(40)	(1.513)
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(3)	(213)
Caixa Participações S.A.	-	-	-	(1)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(939)	-
BTG Pactual Corretora	(23)	-	(106)	(97)
Tecban S.A.	-	-	(653)	(531)

Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(669)	-
Total	(23)	-	(2.410)	(2.355)
Outras despesas operacionais (k)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(5.327)
Total	-	-	-	(5.327)
Resultado obtido na cessão de crédito (l)				
Caixa Econômica Federal	-	-	1.051.081	650.852

- (a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;
(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
(c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.
(d) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
(e) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;
(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
(g) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
(h) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
(i) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
(j) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
(k) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista; e
(l) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2013, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2013 no montante de R\$ 29.500 (R\$ 12.590 em 31/12/2012) (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco PAN		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de honorários	12.261	11.214	26.339	16.918
Contribuição ao INSS	2.150	2.443	3.801	3.654
Total	14.411	13.657	30.140	20.572

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de outubro/13 a dezembro/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de janeiro/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	Basileia III		Basileia II	
	31/12/2013		31/12/2012	
	Financeiro (1)	Econômico Financeiro	Financeiro	Econômico Financeiro
Patrimônio de referência nível I	1.497.333	-	1.582.342	1.270.013
Capital Principal	1.497.333	-	1.582.342	1.270.013
Patrimônio de referência nível II	1.075.166	-	790.546	634.309
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.572.499	-	2.353.112	1.904.322
Patrimônio de referência	2.572.499	-	2.372.888	1.904.322
- Risco de crédito	17.104.402	-	14.137.445	13.701.336
- Risco de mercado	516.241	-	652.573	687.355
- Risco operacional	1.525.266	-	1.866.000	1.910.036
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.145.909	-	16.656.018	16.298.727
Índice de Basileia	13,44%	-	14,13%	11,68%
Capital nível I	7,82%	-	9,38%	7,79%
Capital principal	7,82%	-	9,38%	7,79%

(1) A partir de Out/13 o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13.

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos

pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2013

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.350)	(399.965)	(824.435)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(647)	(142.876)	(258.791)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(877)	(125.263)	(233.791)
Renda Variável	Preço de Ações	(229)	(5.724)	(11.447)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(574)	(14.338)	(28.677)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(13)	(796)	(1.628)
Total 31/12/2013		(3.689)	(688.962)	(1.358.037)
Total 31/12/2012		(3.999)	(785.341)	(1.662.248)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2013, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa

probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2013 e 31/12/2012.

Ativos – Dólar	31/12/2013	31/12/2012
Operações de crédito (ACC/CCE)	688.113	475.276
Outros Recebíveis	24.912	-
Total Ativos	713.025	475.276

Passivos – Dólar	31/12/2013	31/12/2012
Dívida subordinada	1.243.306	1.184.089
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	687.904	612.588
Obrigações por empréstimos no exterior	238.391	307.618
Total Passivos	2.169.601	2.104.295

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos - Dólar				
Swap	1.936.677	1.747.126	2.770.656	2.432.492
DDI	35.691	73.456	234	(246)
DOL	66.586	-	-	(56)
Total	2.038.954	1.820.582	2.770.890	2.432.190
Passivos - Dólar				
Swap	235.504	22.500	257.106	23.618
DDI	573.250	410.834	(3.801)	1.592
DOL	66.586	85.623	(160)	289
NDF	5.318	-	5.394	-
Total	880.659	518.957	258.539	25.499

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é

o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.522.620	1.500.104	(22.516)	2.250.173	2.252.099	1.926
- Ajuste de títulos para negociação	133.569	133.569	-	505.446	505.446	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	931.449	931.449	-	1.442.836	1.442.836	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	457.602	435.087	(22.516)	301.891	303.817	1.926
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.158.260	15.736.932	578.673	12.567.059	13.489.803	922.745
Depósitos a prazo	2.682.872	3.168.668	(485.796)	2.362.061	3.485.588	(1.123.527)
Depósitos Interfinanceiros	6.404.375	6.359.914	44.461	4.150.507	3.767.562	382.945
Recursos de emissão de títulos	5.124.746	4.868.544	256.202	3.564.758	3.974.559	(409.801)
Obrigações por empréstimos	339.849	239.141	100.708	445.019	456.789	(11.770)
Dívidas Subordinadas	1.360.627	1.751.470	(390.843)	1.194.629	1.520.693	(326.064)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			80.889			(563.546)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício findo em 31/12/2013, o montante dessa contribuição foi de R\$ 610 no Banco PAN e R\$ 664 no Consolidado (R\$ 721 no Banco PAN e R\$ 795 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2012).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2013 a R\$ 16.720 no Banco PAN e R\$ 55.712 no Consolidado (R\$ 11.267 no Banco PAN e R\$ 36.642 no Consolidado no exercício de 31/12/2012).

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco PAN	
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(255.607)	(1.063.446)
Alíquota efetiva (1)	40%	40%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	102.243	425.379
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	12.720	13.213
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	(3.874)	-
Crédito Tributário não constituído no período	(175.212)	-
Ativação de crédito tributários de períodos anteriores	-	22.381
Outros valores (3)	90.682	(1.453)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	26.559	459.520

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(116.653)	(866.630)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	46.029	350.221
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste de Crédito Tributários de Exercícios Anteriores	(3.266)	-
Crédito tributário não constituído no período	(175.227)	(4)
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	22.381
Outros valores (3)	97.390	(1.939)
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(35.074)	370.659

- (1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e de Seguros e as empresas dos demais segmentos;
- (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n); e
- (3) Os outros valores em 31/12/2013 representa principalmente o ganho de REFIS não tributado conforme MP 627/13 de R\$ 79.842 (R\$ 83.888 no consolidado).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco PAN			
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	820.213	369.092	(212.911)	976.394
Provisão para contingências cíveis	40.371	74.813	(55.836)	59.348
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	217.456	56.807	(274.263)	-
Provisão para contingências trabalhistas	4.602	15.293	(2.923)	16.972
Provisão para contingências tributárias	1.363	50	(150)	1.263
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	37.325	6.101	(23.816)	19.610
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	7.487	20.457	(7.487)	20.457
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	9.231	13.681	(9.686)	13.226
Outras provisões	8.205	68.664	(4.505)	72.364
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.146.253	624.958	(591.577)	1.179.634
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.503.458	-	(216.110)	1.287.348
Total dos créditos tributários	2.649.711	624.958	(807.687)	2.466.982
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(18.659)	-	18.659	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.631.052	624.958	(789.028)	2.466.982

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	856.136	403.221	(225.395)	1.033.962
Provisão para contingências cíveis	44.785	80.494	(59.954)	65.325
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	248.331	58.717	(285.887)	21.161
Provisão para contingências trabalhistas	6.550	20.235	(3.769)	23.016
Provisão para contingências tributárias	8.375	292	(167)	8.500
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	39.570	6.301	(24.872)	20.999
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.316	27.941	(10.052)	31.205
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	9.986	18.311	(13.658)	14.639
Fundos Imobiliários (Ourinvest)	7.252	-	(7.252)	-
Empréstimos (Ourinvest)	1.543	-	(1.543)	-
Outras provisões	10.891	92.058	(11.198)	91.751
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.246.735	707.570	(643.747)	1.310.558
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.724.874	5.885	(232.858)	1.497.901
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	42.065	-	(39.936)	2.129
Total dos créditos tributários	3.013.674	713.455	(916.541)	2.810.588
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(207.572)	(4.172)	66.473	(145.271)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.806.102	709.283	(850.068)	2.665.317

(1) A realização no exercício refere-se, substancialmente, ao registro dos efeitos da revisão das bases de cálculo de IRPJ e CSLL, contemplando os valores relativos às inconsistências contábeis registradas no Patrimônio Líquido do Banco PAN em novembro de 2010 nos respectivos anos/meses de competência. Assim, pelo fato de ter se constatado o pagamento de tributos em anos com prejuízos fiscais, houve a reclassificação da conta de crédito tributário para a conta de impostos a recuperar.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em dezembro/13, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 17/02/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os

prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Banco PAN					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	756.942	-	58.908	-	815.850
2014	458.928	261.074	-	144.207	458.928	405.281
2015	377.683	42.728	29.294	181.482	406.977	224.210
2016	99.867	44.962	13.279	215.116	113.146	260.078
2017	99.227	35.285	97.158	106.862	196.385	142.147
2018	134.546	739	116.892	238.553	251.438	239.292
2019	1.123	468	172.636	387.882	173.759	388.350
2020	8.260	4.055	201.566	170.448	209.826	174.503
2021	-	-	237.629	-	237.629	-
2022	-	-	253.275	-	253.275	-
2023	-	-	165.619	-	165.619	-
Total	1.179.634	1.146.253	1.287.348	1.503.458	2.466.982	2.649.711

	Consolidado							
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	800.922	-	59.791	-	860	-	861.573
2014	495.672	290.378	5.087	147.798	670	3.802	501.429	441.978
2015	427.518	50.594	35.266	187.674	493	9.113	463.277	247.381
2016	115.124	52.116	23.061	228.352	158	12.748	138.343	293.216
2017	110.391	44.727	111.850	119.083	184	9.514	222.425	173.324
2018	143.981	2.189	126.186	253.702	100	5.519	270.267	261.410
2019	1.905	1.611	181.420	403.564	203	319	183.528	405.494
2020	8.385	4.055	213.055	183.080	284	141	221.724	187.276
2021	20	-	249.804	2.301	26	30	249.850	2.331
2022	7.562	-	262.012	-	11	19	269.585	19
2023	-	-	165.618	-	-	-	165.618	-
Total	1.310.558	1.246.592	1.373.359	1.585.345	2.129	42.065	2.686.046	2.874.002

Em 31/12/2013, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 1.488.875 no Banco PAN e R\$ 1.632.826 no Consolidado (R\$ 1.850.696 no Banco PAN e R\$ 2.004.031 no Consolidado em 31/12/2012).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 124.542, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2013, o Banco PAN e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (31/12/2012 - R\$ 782.172 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco PAN	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(18.659)	-	18.659	-
Total	(18.659)	-	18.659	-

Consolidado	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(27.230)	(4.172)	22.829	(8.573)
Superveniência de depreciação	(180.342)	-	43.644	(136.698)
Total	(207.572)	(4.172)	66.473	(145.271)

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 18.484 (R\$ 30.689 em 31/12/2012);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2013 e 31/12/2012, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012.

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros;

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014; e
- g) O Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

h) Medida Provisória nº 627: em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31/12/2013.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2013.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roberto Balls Sallouti

Fabio Lenza

Marcio Percival Alves Pinto

Marcos Roberto Vasconcelos

Marcos Antonio Macedo Cintra

Mateus Affonso Bandeira

João Cesar de Queiroz Tourinho

Fábio de Barros Pinheiro

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Alexsandra Camelo Braga

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Iuri Rapoport

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO FISCAL

Paulo Roberto Salvador Costa

Daniela Maluf Pfeiffer

Júlio Alexandre Menezes da Silva

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

Ricardo Comunian de Souza
Contador – CRC 1SP253399/O-0

Banco Panamericano S.A.
e empresas controladas
Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013

Relatório dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e de suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia

Banco Panamericano S.A.

dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Consolidado”) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 31 de dezembro de 2013 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Essas novas projeções para a realização desses créditos tributários foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Banco Panamericano S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013 e consolidadas para o exercício findo nessa mesma data, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



BANCO PANAMERICANO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2013

Em cumprimento ao disposto no artigo 17, parágrafo 2º, da Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. apresenta resumo do seu relatório, para publicação com as respectivas demonstrações contábeis, onde evidencia as informações que considera relevantes para conhecimento de seus usuários.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê visaram, essencialmente, dar suporte às atribuições que lhes são cometidas regulamentarmente, como: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramentos emanadas das auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e, revisar, previamente a publicação, as demonstrações contábeis e as anexas notas explicativas.

Para formação da sua opinião a respeito, o Comitê considerou em suas análises observações colhidas nas diversas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Instituição e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, assim como os elaborados pelas auditorias interna e independente, além de manter-se atento a possíveis impactos decorrentes do comportamento da economia.

Nessa linha, registra que a manutenção do crédito tributário, a que se refere a Nota Explicativa nº 34, foi baseada na projeção de resultados tributáveis nos próximos dez exercícios. Para suportar os correspondentes registros contábeis, a Administração aprovou estudo técnico sobre a viabilidade da sua realização, o que dependerá da confirmação do processo de capitalização e das premissas utilizadas.



BANCO PANAMERICANO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Ante o exposto, e ainda, limitando suas responsabilidades à confiabilidade dessas informações, o Comitê de Auditoria, que iniciou suas atividades em setembro de 2013, considera que:

- os controles internos e de gerenciamento de riscos, muito embora em níveis que não comprometem a sua efetividade, apresentam deficiências que impõem a necessidade de revisão de processos e de melhorias na área de sistemas tecnológicos de informação, assim como na maior celeridade na correção de apontamentos;
- em relação a atuação das auditorias interna e independente, não se evidenciou fato relevante que tenha comprometido sua efetividade ou sua independência; e
- as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria independente foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus principais aspectos a situação do Banco.

São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2014.

ADILSON RODRIGUES FERREIRA

Presidente

MARCELO YUGUE

Membro

ALMIR MEIRELES

Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Panamericano S.A., após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013 e com base:

- a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 17/02/2014, com ênfase em relação aos créditos ativados que, para sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela administração da entidade, aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014, conforme nota explicativa n.º 34. Além da confirmação das premissas empregadas deverá ser materializado o processo de capitalização que faz parte do estudo realizado;
- b) na reunião com os auditores externos; e
- c) no relatório do Comitê de Auditoria,

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no exercício, e corroboram com a opinião do comitê de auditoria de que “os controles internos e de gerenciamento de riscos, muito embora em níveis que não comprometem a sua efetividade, apresentam deficiências que impõe a necessidade de revisão de processos e de melhorias na área de sistemas tecnológicos de informação, assim como na maior celeridade na correção dos apontamentos”.

Os exames das demonstrações citadas foram complementadas, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, mensalmente no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Diretoria de Controladoria e *Compliance*.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.

Paulo Roberto Salvador Costa

Daniela Maluf Pfeiffer

Júlio Alexandre Menezes da Silva